
Megalitismo funerário no Alentejo Central — arquitectura e orientações: o estado da questão em Montemor-o-Novo

CATARINA OLIVEIRA¹
LEONOR ROCHA²
C. MARCIANO DA SILVA³

R E S U M O

O presente trabalho resulta de um esforço significativo de relocalização de monumentos megalíticos constantes em referências bibliográficas anteriores, melhorando a sua localização através do uso sistemático do sistema GPS de referência geográfica. Contém assim elementos úteis para avaliar o grau de desaparecimento frequente de monumentos, sobretudo a sua destruição resultante de diversos aspectos relacionados com a exploração da propriedade rural. A totalidade dos dados recolhidos e consolidados é compilada, em anexo, numa relação que, entre outros aspectos, visa contribuir também para a conservação do actual património megalítico do concelho de Montemor-o-Novo. O estudo dos monumentos funerários (antas e sepulturas protomegalíticas), referenciados nos míticos Cadernos de Campo de Manuel Heleno permitiu trazer nova luz a esta questão, contribuindo significativamente para elucidar os modelos evolutivos das construções funerárias megalíticas alentejanas, em particular no concelho de Montemor-o-Novo. Procedeu-se também à medição sistemática da orientação geográfica das antas, tendo em conta os seus diferentes graus de conservação, e analisaram-se estes novos contributos à luz de conceitos recentes de arqueoastronomia.

A B S T R A C T

The present work reports on systematic GPS relocalization of megalithic monuments in the region of Montemor-o-Novo, improving upon earlier references. Also the analysis of the recently recovered Manuel Heleno “Field Note Books” has shed new light on the evolutive models of the funerary megalithic monuments architecture in this part of Central Alentejo. The geographical orientation of the monuments was regularly measured, and the results are discussed with reference to recent concepts in archaeoastronomy.

1. Introdução

O concelho de Montemor-o-Novo é detentor de um importante espólio megalítico, que constitui um dos seus mais importantes conjuntos patrimoniais. Esta importância decorre não só do elevado número de monumentos megalíticos que ainda hoje se podem observar *in situ*, mas também do numeroso e variado espólio progressivamente recolhido que, na sua maior parte, aguarda ainda um estudo adequado.

Desde o século XVIII, até ao presente, muitos têm sido os contributos que forneceram elementos para o conhecimento detalhado desta realidade. Com efeito, já a Academia Real de História, criada por D. João V, tomou, nessa época, a iniciativa dos primeiros inventários, na sequência da curiosidade dos eruditos, atraídos por tão imponentes monumentos.

O primeiro inventário nacional de monumentos megalíticos, apresentado pelo Padre Afonso da Madre Deus Guerreiro, data de 1734 e faz referência a 315 antas, 66 das quais na região de Évora. Em 1733, Martinho de Mendonça e Pina havia já apresentado na Academia um primeiro estudo sobre as construções megalíticas que, à semelhança do que acontecia no resto da Europa, eram, nessa altura, geralmente interpretadas como altares de sacrifícios.

No contexto do desenvolvimento da arqueologia pré-histórica, estes monumentos passam a ser objecto de uma análise mais atenta no final do século XIX, procurando-se novas propostas cronológicas e funcionais. O elevado número de antas no Alentejo, em particular na região de Évora e Montemor-o-Novo, despertaria, então, a atenção de investigadores como Gabriel Pereira, Pereira da Costa e Filipe Simões, entre outros. A divulgação nacional e internacional deste património e o despertar da noção de uma certa relevância do megalitismo português no contexto europeu parece ter sido fortemente influenciada pela presença em Portugal do prestigiado arqueólogo francês Emile Cartailhac, que escavou alguns dos monumentos megalíticos da região e, em particular, pela realização, em 1880, do Congresso de Lisboa de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, no qual aquele arqueólogo também participou.

Nos finais do século XIX e inícios do século XX, foi escavado no Alentejo Central um número razoável de monumentos megalíticos por investigadores como Leite de Vasconcellos, Nery Delgado, Carlos Ribeiro, Gabriel Pereira, Emile Cartailhac, Mattos Silva e Filipe Simões, entre os mais activos. Com base nos trabalhos dos dois primeiros, foi publicada nos anos 70, por Maria Cristina Neto (1976-1977, p. 99-104), uma lista de monumentos megalíticos alentejanos.

Embora estes trabalhos tivessem consistido apenas em intervenções avulsas, permitiram, no entanto, afastar algumas das especulações correntes e começar a reunir material objectivo que serviu de base a estudos mais desenvolvidos sobre o fenómeno.

Contudo, nenhum deles teve carácter sistemático, uma vez que os seus autores estavam interessados num leque de temas demasiado vasto, em que o megalitismo era apenas mais um aspecto. Consequentemente, nenhum deles delineou projectos de investigação específicos, com base nas evidências ou nas problemáticas particulares do megalitismo.

Na verdade, a escavação em grande escala das antas e sepulturas protomegalíticas do Alentejo Central no início do século XX viria a ser um exclusivo dos investigadores sedeados naquele que viria a tornar-se no actual Museu Nacional de Arqueologia. O próprio José Leite Vasconcelos, então director do Museu Etnológico Português, dedicou-se ao estudo e exploração de alguns monumentos da região, contribuindo para o seu inventário e interpretação através de numerosas notícias publicadas n'*O Arqueólogo Português*. Entre 1898 e 1900 escavou várias antas, com Júlio César Garcia, em S. Geraldo, no concelho de Montemor-o-Novo. Os apontamentos tomados por estes autores durante as escavações só recentemente vieram a público, pela mão de Júlio Roque Carreira, na

revista Almansor (Carreira, 1995-1996). Actualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia, integram notas transcritas dos cadernos de campo, plantas dos monumentos escavados e algumas fotografias da época.

Porém, a viragem mais significativa foi protagonizada por Vergílio Correia que, no primeiro quartel do século XX, avançou, na área de Pavia (Mora), com o primeiro projecto consistente de estudo do megalitismo português (Correia, 1921).

Na sua esteira, Manuel Heleno, então director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, iniciou, nos inícios dos anos 30 do século XX, um estudo sistemático, muito mais ambicioso nos objectivos, do megalitismo funerário alentejano. A sua área de intervenção corresponde, *grosso modo*, a um rectângulo de orientação NE-SW, que engloba essencialmente a parte norte do Alentejo Central, integrada na bacia hidrográfica do Tejo e abrangendo parte dos concelhos de Montemor-o-Novo, Mora, Coruche, Arraiolos e Estremoz.

Foi, contudo, na área de Montemor-o-Novo que Manuel Heleno identificou e escavou o maior número de monumentos megalíticos, entre 1931-1938, registados em 30 Cadernos de Campo.

A recente aquisição destes Cadernos de Campo pelo Museu Nacional de Arqueologia permitiu finalmente estabelecer uma ligação entre os milhares de artefactos resultantes das suas escavações e os monumentos de onde foram exumados (Rocha, 2005), uma vez que todo esse material se encontrava rotulado de forma codificada nos depósitos do referido Museu.

Georg e Vera Leisner, arqueólogos de origem alemã, iniciaram os seus trabalhos sobre o megalitismo funerário, sobretudo a partir dos anos 40, procurando criar um *corpus* de referência a nível peninsular. O seu inventário monumental evidencia uma grande preocupação com a documentação gráfica de estruturas e materiais, abrangendo, pela primeira vez nessa escala, um quadro geográfico muito amplo, mas, mesmo assim, de inegável carácter regional. Para além de um persistente trabalho de campo (prospecção e escavação), fizeram ainda a revisão da bibliografia disponível e de parte dos materiais depositados no Museu Etnológico, alguns dos quais provenientes das escavações de Manuel Heleno e, maioritariamente, das de Vergílio Correia.

O seu trabalho está reunido na monumental publicação *Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*, infelizmente, ainda hoje, apenas disponível em alemão (Leisner e Leisner, 1956, 1959). Publicaram, no entanto, em português, um conjunto de trabalhos fundamentais, de que se destaca, pelo carácter praticamente exaustivo, o estudo das *Antas de Reguengos de Monsaraz* (Leisner e Leisner, 1951), precedido de um estudo sobre as *Antas dos Arredores de Évora* (Leisner, 1948-1949), onde são inventariados 152 monumentos num raio de apenas 30 km em redor de Évora, alguns dos quais no concelho de Montemor-o-Novo.

Mais tarde, nos anos 60 e 70 do século XX, José Pires Gonçalves e Henrique Leonor Pina inventariaram um número significativo de menires e cromeleques nos concelhos de Évora e Reguengos de Monsaraz (Pina, 1972; Gonçalves, 1975). Este tipo de monumentos, que havia sido pontualmente referenciado por Manuel Heleno nos seus Cadernos de Campo, tinha, curiosamente, passado quase totalmente despercebido ao casal Leisner.

Também na década de 60, Farinha dos Santos identificou e escavou, no concelho de Montemor-o-Novo, um *tholos* (monumento funerário de falsa cúpula, com câmara circular e corredor, escavado e revestido de pequenas lajes de xisto verticais), situado a poucas centenas de metros da gruta do Escoural, um santuário de arte rupestre do Paleolítico, reutilizado como necrópole neolítica e descoberto acidentalmente em 1963.

Estes novos elementos vieram contribuir para o reconhecimento da diversidade e riqueza do fenómeno megalítico na região e, em particular, no concelho.

2. Actividade recente

A partir dos anos oitenta do século XX, assistiu-se a um recrudescimento dos trabalhos de investigação no Alentejo Central, sobretudo no corredor megalítico de Montemor-o-Novo, Évora, Reguengos de Monsaraz, com diversos estudos realizados por Victor S. Gonçalves, Philine Kalb, Martin Höck e Mário Varela Gomes, entre outros.

No concelho de Montemor-o-Novo, merecem especial referência as escavações do recinto de Cuncos e dos menires da Pedra Longa, dirigidas por Mário Varela Gomes (1986), e as prospecções efectuadas pela equipa de Colin Burgess (1987), na área envolvente do cromeleque dos Almendres.

Em 1996, uma aproximação transdisciplinar, desenvolvida por um dos presentes autores (Oliveira, 2001), no concelho de Montemor-o-Novo, propôs-se acompanhar a biografia dos megálitos. Os testemunhos megalíticos, pela sua forma, materiais de construção e visibilidade na paisagem, devem seguramente ter continuado a estimular o imaginário das populações que se sucederam ao momento da sua construção na Pré-História (entre o V e III milénio a.C.) e foram, com certeza, sucessivamente reinterpretados em novos contextos. Embora uma parte possa ter sido ignorada e destruída ao longo de milénios, outra continuou certamente significativa. Esta análise interpretativa procurou acompanhar a identidade destes monumentos, entendidos como “lugares de memória”, discutindo ganhos e perdas de significado, modificações materiais, refuncionalização, conservação, rejeição-destruição, tendo em conta a sua relação com a paisagem e com as pessoas que nela habitam.

O trabalho de campo desenvolvido no âmbito da referida investigação, entre 1996 e 1999, permitiu a identificação e realocação de mais de uma centena de monumentos (alguns deles inéditos) no concelho de Montemor-o-Novo, a avaliação do seu estado de conservação, a identificação de estruturas entretanto destruídas e a recolha de tradições, lendas, usos e memórias que os habitantes mantêm vivas em torno da sua presença.

A comparação do levantamento bibliográfico, que registava mais de uma centena de monumentos, com os resultados da prospecção arqueológica, das informações das populações e da observação directa, permitiu, infelizmente, confirmar a destruição recente de quase duas dezenas de antas⁴.

A distribuição espacial dos 104 megálitos identificados revelou uma maior concentração na parte oriental do concelho, correspondendo à franja ocidental da grande mancha megalítica que abarca parte do distrito de Évora. Considerando que no período em que foram construídos os primeiros megálitos, as principais linhas de trânsito seriam os rios e os festos, a região de Évora terá funcionado como um ponto de confluência de populações em vias de neolitização (pastores com uma agricultura muito incipiente), num território de fronteira com populações mesolíticas dos estuários do Tejo e Sado.

Posteriormente, M. Calado (2003), no âmbito do estudo dos menires do Alentejo Central e do povoamento pré-histórico associado, identificou, no concelho, um número significativo de monumentos megalíticos inéditos. Destaque-se, na Freguesia de S. Cristóvão, mais concretamente na área abrangida pelas herdades da Quinta do Gato e do Tojal, a identificação, em 2000, de um recinto megalítico com 17 menires, de um menir de médias dimensões (ambos entretanto escavados), assim como cerca de uma dezena de monumentos funerários com diversas tipologias. Destes, cerca de 50% correspondem a sepulturas protomegalíticas e 50% a antas, numa proporção curiosamente semelhante à registada na área estudada por Manuel Heleno.

Assinale-se ainda, na mesma altura, a identificação de um outro “cromeleque” na herdade do Sideral, por Pedro Alvim e Rafael Henriques, entre os já conhecidos menir do Sideral e “cromeleque” dos Cuncos.

Em 2001, no âmbito das medidas de minimização de impacte sobre o património arqueológico resultante da construção da barragem dos Minutos, realizaram-se no concelho as mais recentes escavações de monumentos funerários, neste caso efectuadas pela ERA Arqueologia, S.A. A intervenção nas antas da Azinheira e da Fonte da Senhora 1 revelou a sua integração num momento de apogeu do fenómeno megalítico, nos últimos séculos do IV milénio ou inícios do III milénio a.C. Se a tipologia da sua arquitectura se aproxima dos primeiros monumentos de clara inumação colectiva (planta poligonal, corredor curto e baixo, diferenciado), o espólio parece integrar-se no que globalmente se conhece para a fase de apogeu da construção destes sepulcros⁵ (Valera et al., 2001, p. 80).

Em resumo, a análise da situação actual do megalitismo no concelho de Montemor-o-Novo permite verificar que a maioria dos monumentos actualmente conhecidos foi identificada e escavada, até meados do século XX, por J. Leite de Vasconcelos, Manuel Heleno, Georg e Vera Leisner. Os trabalhos posteriores, a partir da década de 60, orientaram-se essencialmente para a prospecção e localização de novos monumentos, com especial incidência nos menires e recintos megalíticos.

Pese embora a antiguidade e o número dos trabalhos desenvolvidos sobre o megalitismo funerário no concelho, a informação disponível encerra ainda muitas limitações, faltando sobretudo dados relativos às cronologias e integração em redes de povoamento. No quadro dos modelos interpretativos propostos para o megalitismo alentejano, a área de Montemor-o-Novo, apesar das referidas insuficiências, tem estado, desde os trabalhos de Manuel Heleno, no centro do debate sobre a origem do fenómeno megalítico funerário na região.

A análise dos *Cadernos de Campo* deixados por aquele investigador e os subsequentes trabalhos de campo desenvolvidos por um dos presentes autores (Rocha, 2005), tiveram, sobretudo, por objectivo avaliar as presumíveis correspondências entre tipologias arquitectónicas e conjuntos artefactuais e, simultaneamente, enquadrar e contrastar o megalitismo regional em contextos mais amplos, tendo em conta não só os dados de Manuel Heleno, como também dos que se lhe seguiram, nomeadamente os do casal Leisner.

Esse estudo permitiu, efectivamente, não só estudar o percurso daquele arqueólogo, no contexto dos paradigmas teóricos da sua época, como também formular um modelo que sublinha a complexidade do fenómeno e procura explicar as aparentes discordâncias entre as arquitecturas e os espólios, realidade que, até certo ponto, permite compreender as razões que levaram Manuel Heleno a manter inédito o colossal volume de dados reunido ao longo de mais de uma década (Rocha, 2005).

O presente trabalho integra e discute os dados recentes recolhidos ou analisados, sob diferentes ângulos, pelos autores e procura avaliá-los à luz dos actuais conceitos e modelos interpretativos referentes ao megalitismo funerário, numa escala regional. Em particular, foi desenvolvido um esforço significativo, que reputamos fundamental, quer para relocalizar monumentos constantes em referências bibliográficas anteriores, quer para melhorar a sua localização através do uso sistemático do sistema GPS de referência geográfica. Esta validação, no terreno, da localização, forneceu naturalmente elementos úteis para avaliar o grau de desaparecimento sistemático de monumentos, sobretudo da destruição resultante da mecanização agrícola, da estrutura agrária e das diversas formas de exploração da propriedade rural, mas também permitiu acrescentar um número apreciável de novos monumentos. A totalidade dos dados conhecidos e consolidados, parcialmente ilustrada nas Figs. 8 a 19, é compilada no Anexo I, numa relação que visa contribuir também para a conservação do actual património megalítico do concelho de Montemor-o-Novo. A sua distribuição geográfica pode observar-se na Fig. 1.

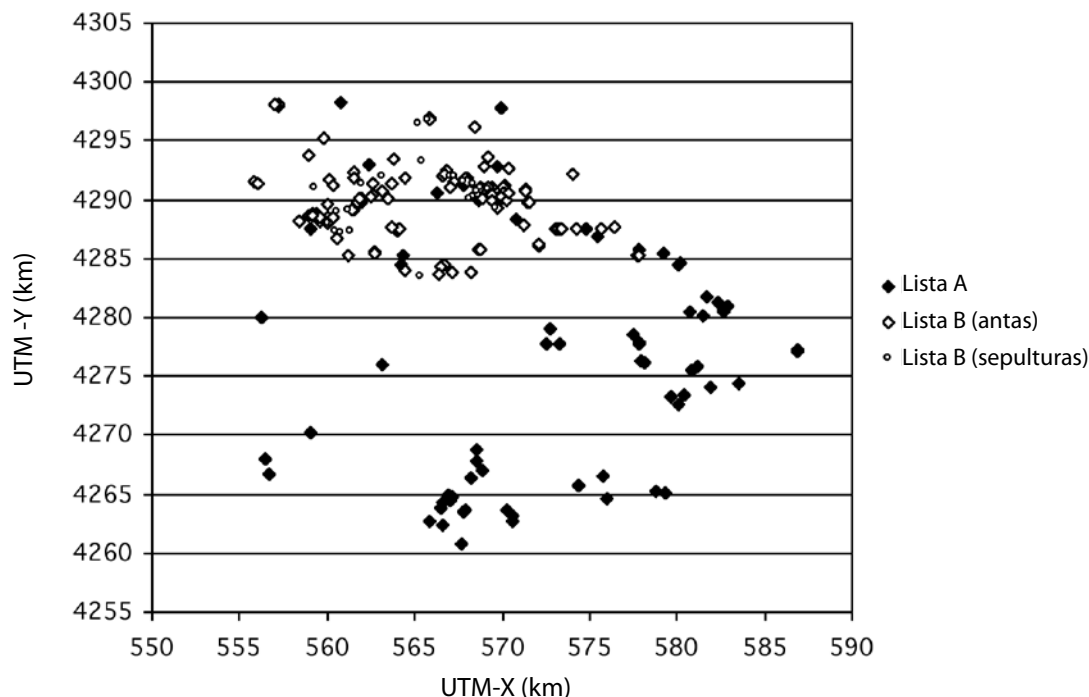


Fig. 1 Distribuição geográfica dos monumentos compilados no Inventário.

É principalmente no domínio do estudo da evolução da arquitectura dos monumentos megalíticos funerários e da sua orientação geográfica que se pretende situar a análise aqui apresentada.

A releitura dos dados das escavações de Manuel Heleno, que registam, de forma sistemática e relativamente rigorosa, os elementos morfológicos dos diferentes monumentos, permite análises interpretativas, em termos da evolução da arquitectura dolménica, particularmente quando essas interpretações são validadas pela presente observação directa dos monumentos relocizados.

Também no domínio da orientação geográfica dos monumentos, os registos de Manuel Heleno fornecem elementos, embora o rigor dessas observações se limite aos pontos cardiais secundários e terciários, e suas possíveis interpolações (i.e. os 32 pontos da “rosa”). Recentemente Michael Hoskin e Manuel Calado (1998) mediram, de forma mais rigorosa, embora ainda com recurso à bússola, a orientação de 91 antas no Alentejo Central, algumas das quais (poucas) no concelho de Montemor-o-Novo. Igualmente, Robert Oldham (2001) fez uma primeira tentativa de determinação das orientações sem recurso à agulha magnética (globalmente cerca de 60 monumentos, porém apenas 21 no concelho de Montemor-o-Novo e sua fronteira).

No presente trabalho, um dos autores (CMS) procedeu à medição sistemática da orientação de cerca de 100 antas do concelho de Montemor-o-Novo, encontradas em diferentes graus de conservação. Analisam-se aqui estes novos contributos à luz de conceitos recentes de arqueoastronomia (Silva, 2004).

3. Manuel Heleno revisitado

Volvidos cerca de setenta anos após a conclusão dos trabalhos de Manuel Heleno, muitas foram as alterações paisagísticas, tanto a nível do uso dos solos como da rede viária e dos próprios

montes que lhe serviram de referência locacional. Na verdade, a quantificação da destruição recente de muitos dos testemunhos megalíticos no concelho só foi possível devido à informação recolhida por Manuel Heleno.

Se, em alguns casos, a agricultura de regadio foi responsável pela destruição de muitos monumentos, noutros, o abandono das herdades ou o seu aproveitamento actual como coutadas de caça, são responsáveis pelo encobrimento dos restos arquitectónicos, devido ao desenvolvimento de uma vegetação arbustiva bastante densa. De facto, a agricultura intensiva que tem vindo a ser implementada nas margens de algumas ribeiras, nomeadamente na ribeira do Lavre, conduziu a grandes despedregas, apresentando-se actualmente estas áreas com grandes extensões de terreno completamente limpos, com as pedras amontoadas em maroiços ou ao longo dos caminhos e limites das propriedades. Para além disso, muitas destas herdades apresentam vedações intransponíveis, que chegam a atingir os três metros de altura, e portões fechados a cadeado, o que muito dificulta o acesso dos investigadores.

Mesmo assim, os trabalhos de realocização dos monumentos megalíticos, nesta área, permitiram confirmar um número substancialmente elevado de destruições, sobretudo ao nível das pequenas sepulturas protomegalíticas. Na verdade, dos 139 registos de Manuel Heleno, foi possível realocar cerca de metade. Dos restantes, atendendo às características dos terrenos e ao tipo de trabalho efectuado, é provável que 29 estejam destruídos, outros 13 correspondam a situações em que a informação locacional é demasiado imprecisa e 26 correspondam a áreas em que o coberto vegetal ou os maroiços de despedrega podem ser responsáveis pela invisibilidade actual dos monumentos.

4. Caracterização dos monumentos. Arquitectura dolménica

A análise dos dados de carácter arquitectónico, recolhidos por Manuel Heleno, no Norte do concelho de Montemor-o-Novo, mostra a existência de dois grandes grupos de monumentos funerários: um grupo de maior dimensão, correspondente às antas, em que as dimensões longitudinal e transversal da câmara são, *grosso modo*, da mesma ordem de grandeza, e um segundo grupo mais antropomórfico, correspondente às sepulturas protomegalíticas, em que a dimensão longitudinal é mais ou menos o dobro da dimensão transversal. Esta situação, ilustrada na Fig. 2 onde se compararam os comprimentos e as larguras das câmaras, é ainda mais nítida se a comparação for feita entre a Altura do Esteio de Cabeceira (ECa) e uma das dimensões horizontais da câmara. O histograma de frequência dos valores de ECa (Fig. 3) mostra claramente os dois grupos separados pelo valor ECa=1,5 m. Por outro lado, o histograma de frequência dos valores do Diâmetro Transversal da Câmara (DCT) sugere que possamos também separar os dois grupos usando como referência o valor DCT=1,8 m, já perceptível na Fig. 2, embora considerações de arquitectura possam sugerir a inclusão de valores de DCT maiores no primeiro grupo, e menores no segundo.

Os monumentos registados por Manuel Heleno distribuem-se, de uma forma bastante equilibrada, por aqueles dois grandes conjuntos morfológicos, aspecto que se distancia, em termos globais, do panorama geral do megalitismo funerário alentejano, onde as sepulturas protomegalíticas são habitualmente em número muito inferior às antas.

Contudo, o resultado mais importante é, talvez, a observação, neste grande conjunto monumental, duma significativa diversidade de soluções arquitectónicas. Este aspecto pode, como Manuel Heleno supunha, corresponder ao resultado de um processo evolutivo — certamente não linear — ou, pelo contrário, traduzir fenómenos de agenciamento ou de especificidades culturais

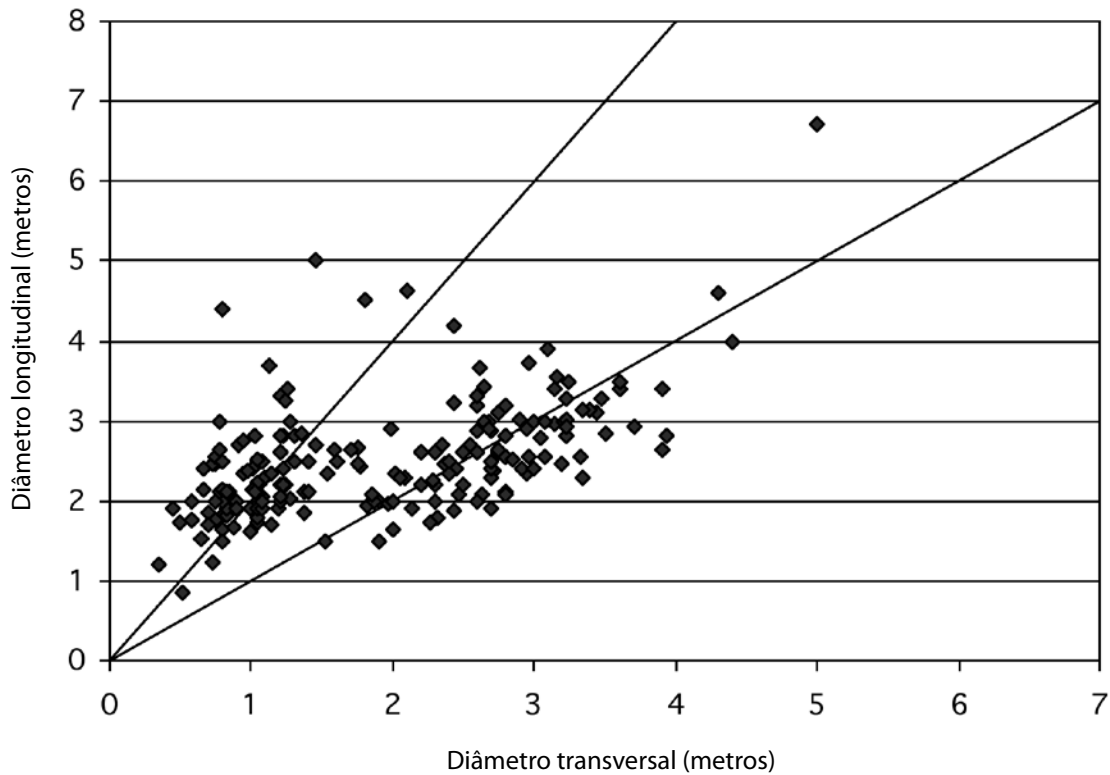


Fig. 2 Correlação entre as dimensões horizontais das antas intervencionadas por Manuel Heleno.

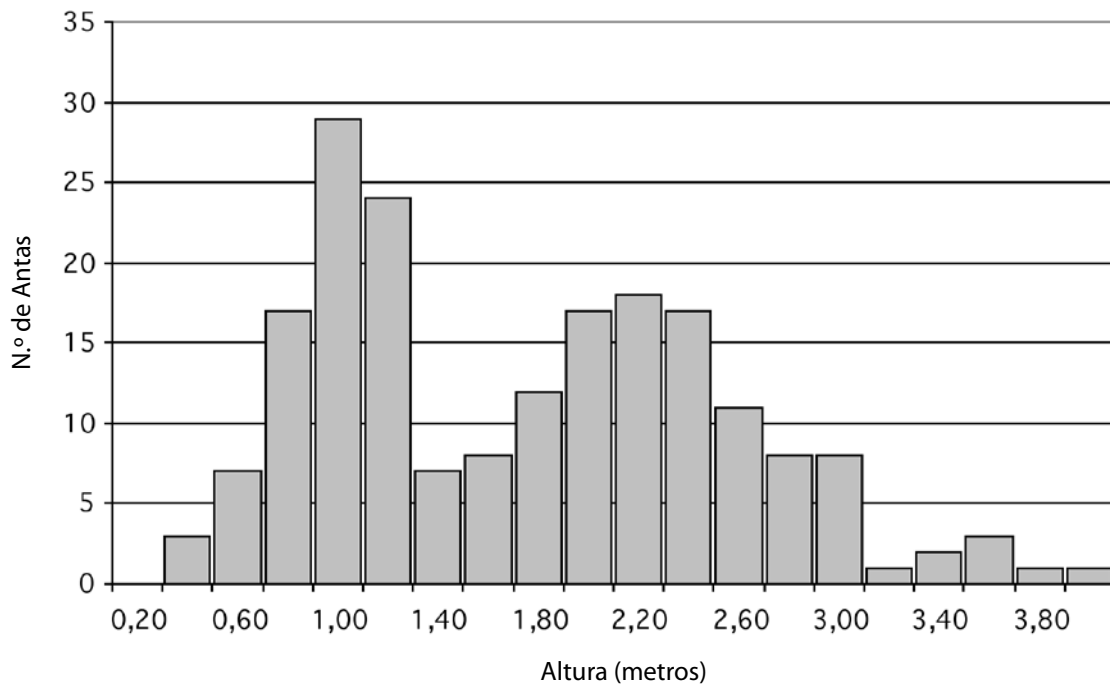


Fig. 3 Histograma da Altura do Esteio de Cabeceira sugerindo a distinção dos dois grupos de Antas (Grandes e Pequenas) pelo valor AEC - 1,5 m (antas intervencionadas por Manuel Heleno).

sem grandes implicações cronológicas, como têm proposto os defensores do polimorfismo arquitectónico (Fig. 4).

Efectivamente, na falta de elementos seguros sobre a antiguidade relativa dos diversos monumentos, que possam eventualmente pôr em evidência uma sucessão temporal de formas de construção, tanto se pode interpretar a diversidade observada como um elemento natural associado à variabilidade do processo de construção (por ex. a relação “diâmetro longitudinal” vs. “diâmetro transversal da câmara”), como se pode interpretar a relação “câmara” vs. “corredor” como representativa de diferentes formas

arquitectónicas sucessivamente utilizadas ao longo do tempo, em particular associadas à evolução do conceito de monumento funerário num eixo cultural de enterramento individual/colectivo.

Neste contexto, e tal como se sintetiza no Anexo II, é possível caracterizar as pequenas sepulturas em três tipos diferentes: “Pequenas Sepulturas Fechadas” (A1) de planta rectangular ou ovalada, “Pequenas Sepulturas Abertas” (A2), de planta rectangular ou ovalada, “Pequenas Sepulturas com Corredor” (A3) de plantas semelhantes às anteriores, mas com corredor incipiente. O tipo A1 é o menos representado, com apenas sete monumentos. É um tipo que apresenta alguma variabilidade no Diâmetro Longitudinal da Câmara (DCL) [1,24 m a 2,42 m], mas em que a largura, i.e. O Diâmetro Transversal da Câmara (DCT) [0,67 m a 1,43 m], e a Altura Máxima (AltMax) [0,62 m a 1,16 m] dos seus esteios se apresentam muito mais homogêneos. O tipo A2 é o conjunto mais numeroso com 38 monumentos. A maioria destes apresenta variabilidade semelhante nos seus parâmetros característicos (DCL) [1,5 m a 3,0 m], (DCT) [0,75 m a 0,50 m] e AltMax [0,80 m a 1,40 m]. O tipo A3, representado apenas por nove monumentos, apresenta variabilidade inferior a um metro nos mesmos três parâmetros (DCL) [1,68 m a 2,50 m], (DCT) [0,75 m a 1,50 m] e AltMax [0,80 m a 1,24 m] respectivamente.

A observação dos monumentos megalíticos realocizados, permitiu, de facto, verificar a existência de um leque variado de formas arquitectónicas, supostamente evoluídas, que parecem contrastar com a padronização conhecida nas outras áreas megalíticas alentejanas. De realçar também a raridade dos *tholoi* e a existência, em alguns monumentos, como as antas do Paço, de um elevado número de enterramentos na mamao.

Concretamente, no que diz respeito às arquitecturas das antas referenciadas por Manuel Heleno, nesta região, é possível sugerir a existência de seis categorias: as antas sem corredor, as de corredor curto, as de corredor médio, as de corredor longo, as de corredor muito longo e as de planta anómala. Para o estabelecimento destas divisões tomou-se em consideração a relação Diâmetro Longitudinal da Câmara (DCL) e o Comprimento do Corredor (CC) proposta por outros investigadores (Gonçalves, 1989, 1992; Oliveira, 1998).

O primeiro grupo (“antas sem corredor”), aparentemente o que apresenta mais problemas por não se encontrar praticamente registo deste tipo de arquitecturas noutras áreas, é infelizmente também o que se encontra actualmente mais destruído. No entanto, a confiar-se na informação de Manuel Heleno que, consciente da aparente anomalia, afirma ter procurado, em todas, os vestígios do corredor, este é um grupo minoritário. Trata-se, em todo o caso, de um conjunto pouco homogêneo, em que o número de esteios varia, aparentemente, entre os cinco e os dez elementos, com

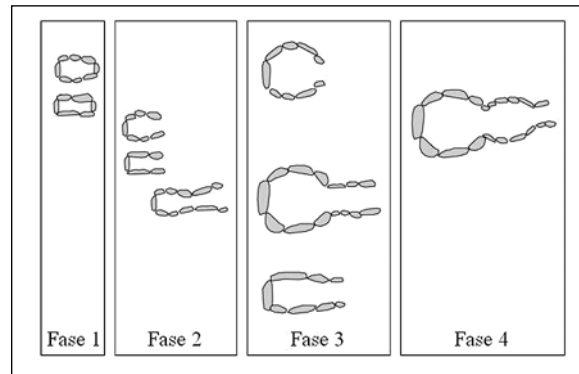


Fig. 4 Modelo evolutivo das soluções arquitectónicas usado por Manuel Heleno.

uma altura superior a 2 m. De realçar também que não foram identificados nichos ou sepulturas anexadas a estes monumentos.

Nas “antas com corredor curto”, o número de esteios na câmara varia entre os quatro e os dez elementos, sendo, no entanto, claramente predominantes as antas com sete esteios, enquanto o corredor pode atingir um máximo de cinco. Em termos gerais, é um grupo que apresenta uma certa variabilidade, em termos de tamanho, existindo monumentos pequenos, cujo DCL é ≤ 2 m, com esteios baixos na câmara, e outros bastante grandes, com $DCL \geq 3$ m e esteios altos na câmara ($> 2,5$ m). No entanto, ao contrário das sepulturas com corredor incipiente, em que este é construído com pequenos esteios que surgem quase no prolongamento da câmara, neste grupo o corredor encontra-se perfeitamente diferenciado. No domínio das singularidades arquitectónicas, destacam-se, neste grupo, dois casos pouco correntes: a anta 2.^a do Vidigal, apresentava um corredor constituído por uma espécie de antecâmara, de planta circular (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 189); a anta do Pimpolho apresentava uma dupla fiada de esteios, sendo os do lado de dentro mais baixos. Manuel Heleno propôs que se trataria de um reforço estrutural, com a finalidade de dar mais estabilidade ao monumento, construído num substrato arenoso (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 56).

As “antas de corredor médio” são, dentro do conjunto intervencionado por Manuel Heleno, as menos numerosas, existindo apenas um exemplar, a anta da Oliveira da Cruz, na área de Montemor-o-Novo.

No caso das “antas de corredor longo”, torna a existir uma maior variabilidade no número de esteios na câmara, que oscila entre os cinco e os nove elementos, se bem que, mais uma vez, com um claro predomínio da fórmula com sete esteios. Neste grupo parece observar-se uma relação directa entre o número de esteios da câmara, o diâmetro longitudinal e a altura dos esteios. Quanto aos comprimentos dos corredores, os valores oscilam entre 1,92 m e 5,70 m. Os nichos são mais frequentes, existindo tanto na câmara como no corredor (ou em simultâneo). As antecâmaras surgem em dois monumentos, 3.^a do Barrocal das Freiras e 3.^a do Vidigal. Foram registadas covinhas no chapéu de três monumentos e na anta do Monte das Pedras (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 171) também num dos esteios. Esta anta apresentava ainda uma violação do período romano, com a construção de uma sepultura de *tegulae*, à entrada do corredor. Foi possível conferir ainda estes detalhes na anta da Herdade da Represa (C65), que assim se identifica como a anta do Monte das Pedras.

A anta 3.^a das Antas (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 146) tinha materiais na mamoa. Segundo Manuel Heleno, existia uma vala aberta no substrato rochoso que partia do fim do corredor e descrevia uma curva, para Norte. Nesta vala, foi encontrado espólio diverso (placas de xisto, lâminas e pontas de seta). A anta 2.^a dos Nabos apresenta uma arquitectura diferente das restantes, dado que possui uma câmara de planta rectangular ($DCT > DCL$), isto é com o corredor perpendicular ao lado maior (Rocha, 2005, anta EE, Cd.25 – Volume 2, Anexo 1, p. 168).

Dentro deste grupo, destacam-se dois monumentos excepcionais: a anta B do Paço e a anta da Velada. Em relação à primeira, para além do seu excelente estado de conservação, com um corredor ainda coberto com três tampas, existiriam, segundo Manuel Heleno, três esteios da câmara pintados, o de cabeceira e os dois que lhe encostavam, à direita e à esquerda. O esteio da esquerda teria a pintura sobretudo do lado direito (junto ao de cabeceira), sendo, segundo parece, perfeitamente visível apenas um semicírculo. O esteio de cabeceira, o mais pintado, tinha, aparentemente, na parte central, uma figura humana estilizada, para além de algumas manchas incompreensíveis. No esteio da direita, Manuel Heleno não conseguiu interpretar nenhum dos motivos existentes (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 92). Estas pinturas localizar-se-iam na parte inferior dos

esteios, não sendo actualmente visível qualquer vestígio das mesmas. A anta da Velada encontrava-se igualmente muito bem conservada, tanto a nível da câmara como do corredor, conservando este ainda duas tampas. É, em termos globais, o maior monumento deste grupo.

No que diz respeito às “antas de corredor muito longo”, parece existir uma maior homogeneidade arquitectónica, uma vez que se trata sempre de monumentos com sete ou oito esteios e em nenhum deles se identificaram antecâmaras ou átrios. A anta 1.^a do Deserto, apresenta um corredor muito largo, quase em continuidade com a câmara, e os esteios de um dos lados, sucessivamente sobrepostos, com uma disposição oblíqua (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 182). Dentro deste conjunto, devem destacar-se, com base nas dimensões, dois monumentos: as antas Paço A e a Grande da Comenda da Igreja. Em relação à primeira, para além de se tratar de um monumento em muito bom estado de conservação, revelou uma grande complexidade arquitectónica, com nichos e várias estruturas/sepulturas na mamoa, do lado do corredor. Estas estruturas eram, nalguns casos, assinaladas por pedras “a pino”, noutras apresentavam-se apenas delimitadas por pedras, formando caixas e, nalguns casos, Manuel Heleno refere que as pedras se encontravam sobrepostas, parecendo telhas num telhado (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 62). A anta Grande da Comenda da Igreja é o monumento de maiores dimensões de todo o conjunto intervencionado por Manuel Heleno. Encontra-se num excelente estado de conservação com o corredor e a câmara ainda cobertos, no entanto, não revelou tão grande complexidade, em termos de estruturas secundárias, como a anta A do Paço.

Dentro dos monumentos passíveis de determinação morfológica, refira-se, por último, um grupo de duas antas que apresentavam plantas pouco habituais e difíceis de enquadrar nas restantes categorias. A anta 4.^a do Vidigal era formada por uma câmara e dois corredores, um para Este e outro para Oeste. Forneceu espólio semelhante em todo o monumento o que, naturalmente, não sustenta (nem contraria) a hipótese de terem existido remodelações na sua arquitectura (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 192). A anta do Rabaçal (Rocha, 2005, Volume 2, Anexo 1, p. 155) era constituída por uma câmara redonda seguida de um estreitamento e de um corredor também redondo, o que levou Manuel Heleno a descrevê-la como tendo planta em “8”.

Em síntese, a especificidade das arquitecturas dolménicas desta área parece assim traduzir-se de diferentes maneiras: na presença, em número muito relevante, das pequenas sepulturas, na variabilidade das soluções arquitectónicas e das orientações (capítulo seguinte) e na presença, embora vestigial, de pintura nos esteios.

5. Orientação geográfica

Sendo necessariamente uma relação do monumento com a paisagem envolvente, incluindo o céu (Ruggles, 1999, p. 208), a orientação geográfica de um megálito poderá eventualmente revelar-se de algum significado. Contudo, esta questão parece estar longe de ser um tema consensual (Ruggles, 1998). O problema surge porque, para que a questão faça sentido, a paisagem tem que possuir um elemento diferenciador, e o monumento uma direcção intrínseca. No caso de monumentos funerários (sepulturas protomegalíticas, dolmens, *tholoi*, cistas, etc.) esta direcção é, via de regra, um eixo de simetria na planta de construção, normalmente perpendicular ao esteio de cabeceira (o que por si só já pode ter algum significado) que, em geral, coincide com a orientação de desenvolvimento do eventual corredor de acesso ou, simplesmente, da abertura ou entrada. No entanto, o valor simbólico residirá no elemento diferenciador embebido na paisagem, quer se trate de um elemento específico com notável destaque [local sagrado (ex. montanha) ou cultural,

elemento avistado à distância (ex. mar), ou direcção dos ventos predominantes ou tempestades, etc.], quer se trate apenas da simetria imposta pelo nascer/pôr dos astros no horizonte.

Se algum valor simbólico pode ser atribuído à orientação, uma parte significativa da controvérsia tem que ver também com o possível rigor usado nos processos de implantação e construção, circunstâncias que nada têm que ver com o rigor que actualmente pode ser usado para medir o que julgamos ser a orientação do monumento. Como indicativo do rigor necessário ou suficiente para apreciações desta natureza, será útil ter em conta que o diâmetro angular aparente do disco lunar é praticamente idêntico ao do disco solar, e que ambos correspondem a cerca de meio grau ($0,5^\circ$). Não parece inverosímil pensar que numa observação do nascer ou do pôr-do-sol (ou da Lua) o homem megalítico pudesse naturalmente distinguir situações de visualização do astro no horizonte distanciadas de um grau (1°), i.e. correspondentes a uma distância de dois diâmetros do respectivo disco. É pois nesta ordem de grandeza que devem assentar quer a recolha de dados de orientação, quer a discussão do seu significado.

5.1. Orientação geográfica das antas no Alentejo Central

Manuel Heleno, na sua extensa intervenção realizada no Alentejo Central, cobrindo maioritariamente o concelho de Montemor, mas também em parte os concelhos circundantes (Mora, Coruche, Estremoz e Arraiolos) refere, para a maioria dos monumentos, a sua orientação geográfica. Porém essa apreciação não apresenta o grau de rigor desejável para uma comparação com valores actuais, limitando-se, em regra, a anotar os pontos cardiais principais e secundários, tudo indicando que foram apreciações directas da bússola. Só em dois casos parece essa apreciação ter sido mais cuidada (Rocha, 2005).

Contudo, é possível verificar que dos 164 monumentos (sepulturas e antas) em que há anotação de orientação, cerca de 130 estão assinalados “E”, e só 13 estão fora do intervalo genérico NE-SE. Tendo em conta o grau de incerteza relativo a cada uma das categorias (note-se que os pontos cardiais secundários formam, com os principais, intervalos de 45° e que só os terciários separados de $22,5^\circ$, permitem uma apreciação, de meios intervalos, na ordem de 11°), pode dizer-se que os dados de M. Heleno apontam para uma orientação dos monumentos em que a sua entrada, e/ou corredor, se apresentam genericamente virados a Nascente, na grande maioria dos casos (mais de 90%). Esta prevalência parece ser seguida independentemente dos tipos de monumentos.

Idêntica predominância de orientações a Nascente é também evidenciada nos levantamentos efectuados pelo casal Leisner, no eixo Évora – Monsaraz. Neste caso trata-se essencialmente de antas, para além de alguns casos de *tholoi* e raras estruturas protomegalíticas. Estes levantamentos, porventura os primeiros efectuados de forma sistemática e consistente, permitem efectivamente verificar que, também nesta região, as antas se apresentam preferencialmente orientadas a nascente.

Recentemente Michael Hoskin e Manuel Calado (1998) realizaram medidas de orientação em cerca de 91 antas, no Alentejo Central, como parte de um programa de cobertura de toda a região mediterrânica, permitindo obter dados de boa qualidade, assentes numa metodologia uniforme de observação do azimute magnético, essencialmente concentrada sobre antas de sete esteios. Embora os autores tenham naturalmente procedido a uma agregação dos dados em classes de cinco graus, os histogramas estatisticamente significativos apontam para uma distribuição das orientações dos corredores em torno de um azimute verdadeiro (geográfico) cerca dos 98° .

Este valor médio mantém-se mesmo quando se alarga a observação às regiões circundantes de Portalegre, Badajoz, Valência, Cáceres, Lisboa, etc., perfazendo um total de 177 antas.

Mais recentemente, Oldham (2001) fez um levantamento das orientações em cerca de 60 antas no distrito de Évora, utilizando um processo de medida que envolve a determinação do Norte geográfico a partir da observação do Sol, com um teodolito, eliminando assim eventuais incertezas relacionadas com a variação da declinação magnética. Embora globalmente a distribuição estatística das orientações medidas não difira da anteriormente observada, será de assinalar a existência de algumas diferenças significativas, no caso de diversas antas, relativamente aos valores medidos por Hoskin e Calado.

No entanto, a recente análise da dinâmica lunar (Silva, 2004) resultante de uma significativa acumulação de dados que apontam para uma eventual ritualização do “equinócio megalítico” no Alentejo Central, sugere a possibilidade de a observação da “Lua da Primavera” poder ter desempenhado um papel de orientação celeste dos corredores das antas num contexto mágico-religioso de ressurreição, ou reaparecimento da vida após a dureza dos meses de inverno.

Interessaria portanto verificar se a regularidade, acima indiciada, representa apenas um valor médio estatístico que homogeneiza variações regionais, eventualmente subjacentes, ou se a direcção guia poderia ter sido uniformemente utilizada nas diferentes regiões. Uma primeira apreciação, de natureza regional, dos dados referentes às 177 antas, medidas por Michael Hoskin, veio a revelar-se inconclusiva face à incerteza estatística que resulta do pequeno número de antas medidas em cada unidade de análise. Esta circunstância sugere a necessidade de medição sistemática das orientações, em áreas geográficas distintas, actividade que se desenvolve no presente trabalho, no concelho de Montemor-o-Novo.

5.2. *Dados de Montemor-o-Novo e sua análise. Metodologia*

De um ponto de vista metodológico, uma primeira aproximação à medição sistemática da orientação das antas pode ser realizada numa base concelhia. Esta estratégia, como alternativa a uma amostragem que incida apenas nos casos de monumentos em bom (ou suficiente) estado de conservação, recorrendo à opinião informada dos especialistas, tem naturalmente o risco de a amostra vir a incluir um elevado número de antas incompletas, em mau estado de conservação, ou, simplesmente, de difícil localização e observação. Ganha-se contudo em sensibilidade às circunstâncias que determinam a actual observação do monumento megalítico, desde os eventuais aspectos associados à sua construção até aos associados à sua conservação, embora se torne sempre necessário ponderar o valor medido, com um parâmetro de qualidade resultante dessas circunstâncias.

No presente trabalho, que se centra na área correspondente ao concelho de Montemor-o-Novo, incluíram-se ocasionalmente algumas (poucas) antas que, fazendo naturalmente parte da mesma região megalítica, se nos atravessaram no caminho, embora formalmente fora dos limites geográficos do concelho.

No total foram visitados cerca de 142 locais com monumentos megalíticos ou vestígios, 109 dos quais, no concelho de Montemor-o-Novo, de natureza funerária e incluindo 97 antas da Listagem – A (Anexo I). A diversidade de estados de conservação encontrados, sugeriu a necessidade de caracterizar, em termos qualitativos, as diferentes estruturas, numa forma que viesse eventualmente a poder fornecer uma medida de confiança dos azimutes medidos. Nessa caracterização tem valor predominante a existência isolada, ou em conjunto, de esteio de cabeceira e de corredor. O estado

de conservação da câmara ou do próprio corredor são factores que importa ponderar nessa caracterização. Finalmente, considerou-se igualmente importante a percepção, ponderada, de uma simetria no monumento, mesmo nos casos em que estejam omissos os factores anteriores mais distintivos, simetria essa que é regularmente evidente quando estão presentes. Consequentemente, na avaliação da planta do monumento, para efeitos de orientação, devem considerar-se cinco direcções independentes: a perpendicular ao esteio de cabeceira, a direcção do meio do esteio de cabeceira ao meio da abertura da câmara, o eixo de simetria da câmara, o eixo de desenvolvimento do corredor junto à abertura da câmara e o eixo de desenvolvimento da parte final do corredor.

Nos casos que designamos por regulares, estas cinco direcções são para todos os efeitos praticamente coincidentes e caracterizam a designada orientação do monumento. Esta coincidência é frequente na grande maioria de situações de bom estado de conservação, nesta e noutras áreas geográficas. Nem sempre é possível avaliar simultaneamente estas cinco direcções mas uma identificação positiva tem em consideração, por ordem de prioridade, pelo menos um dos elementos seguintes: o esteio de cabeceira, a simetria da câmara, ou o corredor. Nos casos de pior classificação global, em que os elementos caracterizadores estão ausentes, não se chegou a efectuar medida de orientação. Sempre que algum elemento caracterizador sugeria uma direcção, foi feita uma determinação do azimute usando a bússola. Só naqueles casos em que se reunia um mínimo de circunstâncias para tornar plausível a estimativa duma direcção razoavelmente fiável, é que se desencadeou um processo de medida completo. Os locais visitados foram classificados numa escala de 0 a 5, face à existência e congruência dos diversos elementos estruturais, procurando objectivar a confiança colocada na percepção do arranjo arquitectónico e da sua orientação.

A primeira fase do processo de medida consiste em definir a direcção estimada. Em geral, e em primeira aproximação, essa direcção é a da perpendicular ao esteio de cabeceira, que normalmente corresponde ao desenvolvimento da câmara e ao eixo do corredor. Em cada caso, há que procurar a melhor leitura desta situação colocando um poste sinalizador vertical, a meio do esteio de cabeceira, e um segundo poste a meio da entrada do corredor junto da abertura da câmara. Nos casos em que se verificaram desvios óbvios, as diversas direcções foram anotadas para tratamento posterior. Medidas complementares foram incluídas sempre que a situação não se apresentasse clara, por exemplo, pela falta de algum dos elementos orientadores, ou mesmo quando a frequente simetria da planta da construção não parecesse ter sido seguida.

Numa segunda fase procedeu-se à determinação do azimute dessa direcção (ângulo que faz com a direcção Norte), mediante dois processos complementares: um deles, utilizando uma agulha magnética de precisão, e outro, utilizando um “compasso” astronómico que, neste caso, se regula pela posição do Sol, no momento da medição. Resultam assim duas medidas: a primeira corresponde ao azimute magnético, Z_m , medido em relação ao Norte Magnético, para onde aponta a agulha, e a outra, que corresponde ao azimute verdadeiro (ou geográfico), Z_v , em relação ao Norte Geográfico que resulta da orientação do “compasso” pelo Sol. A Fig. 5 mostra a clara correlação entre os valores Z_v e Z_m , medidos em cada caso. A diferença entre os dois valores medidos é habitualmente designada por Declinação Magnética e o processo descrito resulta, portanto, na determinação desse valor, caso a caso. Não existindo anomalias magnéticas (resultantes, por exemplo, de formações geológicas subjacentes, com elevado teor de materiais ferrosos, ou simplesmente da proximidade de massas metálicas como arados ou rolos de arame, provenientes das vedações) esta diferença é razoavelmente constante, numa região com a dimensão de um concelho. Na presente data (2005-2006), o valor médio da Declinação Magnética, que se estima a partir dos valores da Fig. 5, é cerca de $3^\circ W$, o que confere bem com o valor estimado do modelo geomagnético, à latitude média do concelho.

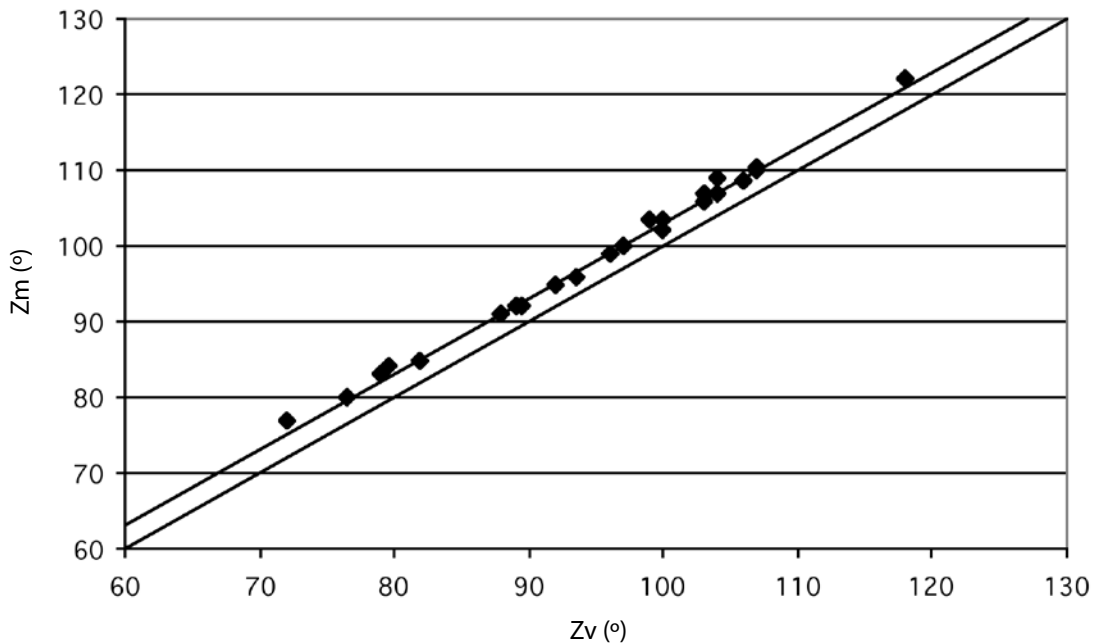


Fig. 5 Comparação entre o azimute magnético, Z_m , medido com a bússola, e o azimute verdadeiro, Z_v , medido com um “compasso” solar. A diferença (Declinação Magnética) tem um valor médio de $+3^\circ$.

No total recolheram-se medidas de orientação em 78 monumentos megalíticos funerários que incluem quatro sepulturas protomegalíticas e um *tholos*. Destas 78, recolheram-se 41 valores de azimute verdadeiro, que incluem dois valores medidos pela ERA-Arqueologia no âmbito dos trabalhos prévios à construção da barragem dos Minutos, e alguns valores recolhidos na proximidade dum outro valor Z_v medido.

O histograma que representa o conjunto dos azimutes medidos (Fig. 6) mostra uma distribuição claramente normal (gaussiana) em torno de um valor que se ajusta perfeitamente ao valor médio da distribuição da “Lua da Primavera”, tal como se verificou suceder no caso das 91 antas do Alentejo Central, medidas por Hoskin e Calado (Hoskin, 1998), ou mesmo no caso das 177 antas da região alargada (Silva, 2004). A Fig. 6 exhibe, sobrepostas, as situações em que foi possível estimar um azimute verdadeiro, e aquelas em que existe apenas uma medida de azimute magnético. Não tendo sido detectadas anomalias nas cerca de 40 medidas distribuídas geograficamente por todo o concelho, não é de supor que haja alguma anomalia geológica subjacente (exceptuando eventuais massas metálicas abandonadas, como por exemplo, arames de vedações enterrados e não visíveis nas proximidades imediatas (i.e. a menos de 5 m da bússola no momento da medida), pelo que parece lícito aceitar esses valores, corrigidos pela declinação média de $3^\circ W$. O valor médio global das 78 medidas é de $98,3^\circ \pm 1,3^\circ$, enquanto o valor médio que resulta das 41 medidas directas de Z_v é de $97,5^\circ \pm 1,9^\circ$, e o correspondente às 37 medidas Z_m é de $99,1^\circ \pm 1,9^\circ$. Para avaliar o peso que poderiam ter, nestas medidas, as situações de menor confiança, em termos da estrutura da construção, e da conseqüente credibilidade da orientação medida, foi feita uma análise dos factores de confiança associados a cada determinação. O valor médio das orientações medidas nos 15 casos de Boa e Muito Boa confiança (4 e 5 respectivamente) é de $96,7^\circ \pm 2,2^\circ$, e o das 26 medidas de confiança Suficiente (3) é de $99,2^\circ \pm 2,8^\circ$. Como se pode constatar, não só existe perfeita compatibilidade estatística entre as diversas amostras consideradas, como todas elas são estatisticamente compatíveis com o valor médio $98,7^\circ$ da distribuição da Lua da Primavera.

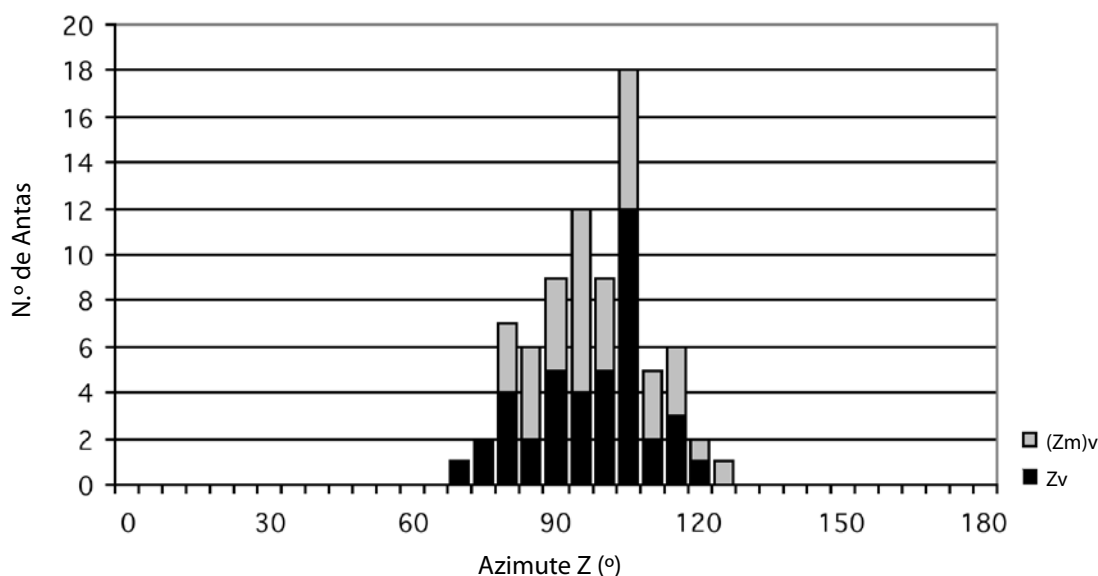


Fig. 6 Histograma das orientações das antas de Montemor-o-Novo.

6. Discussão e conclusões

As análises dos dados de Manuel Heleno e dos estudos mais recentes, complementadas com a apreciação directa resultante do esforço de realocização e com a avaliação do estado actual de conservação, permitiram testar, no concelho de Montemor-o-Novo, os modelos correntes sobre a evolução das arquitecturas funerárias megalíticas. Em termos absolutos, verifica-se a existência de uma frequente discrepância entre arquitecturas e espólios, envolvendo monumentos das diversas tipologias. A constatação deste problema que, de uma forma embrionária, terá sido certamente percebido pelo próprio Manuel Heleno levou uma das autoras deste trabalho (Rocha, 2005) a elencar os fenómenos que, com base nos dados conhecidos, poderão explicar essas anomalias. O modelo explicativo resultante (Fig. 7) filia-se, com alguma flexibilidade, num paradigma evolucionista que, com raras excepções, tem sido aplicado com êxito, às diferentes regiões megalíticas europeias.

Subjacentes a este modelo estão os dados concretos que apontam para uma evolução geral dos enterramentos individuais para os colectivos e uma complexificação crescente, nomeadamente em termos de riqueza de espólios e monumentalidade arquitectónica.

Neste quadro, parece importante observar, em primeiro lugar, que a evolução das arquitecturas (e rituais) não se processou necessariamente de uma forma abrupta em relação aos cânones anteriores. Isto é, à medida que novas formas surgiram e se desenvolveram, as anteriores continuaram a ser construídas, durante algum tempo, e umas e outras contêm, por isso, espólios semelhantes. Este conceito de polimorfismo evolutivo também não exclui a possibilidade de monumentos de tipologias mais arcaicas poderem ter ressurgido em fases mais recentes, nomeadamente na fase final da sequência megalítica, quando as práticas rituais reintroduziram o enterramento individual.

Em segundo lugar, a presença de materiais tardios (nomeadamente do Calcolítico Final e da Idade do Bronze) em monumentos tipologicamente mais antigos, poderá ser explicada pela sua reutilização, numa fase em que estes se encontravam já desactivados.

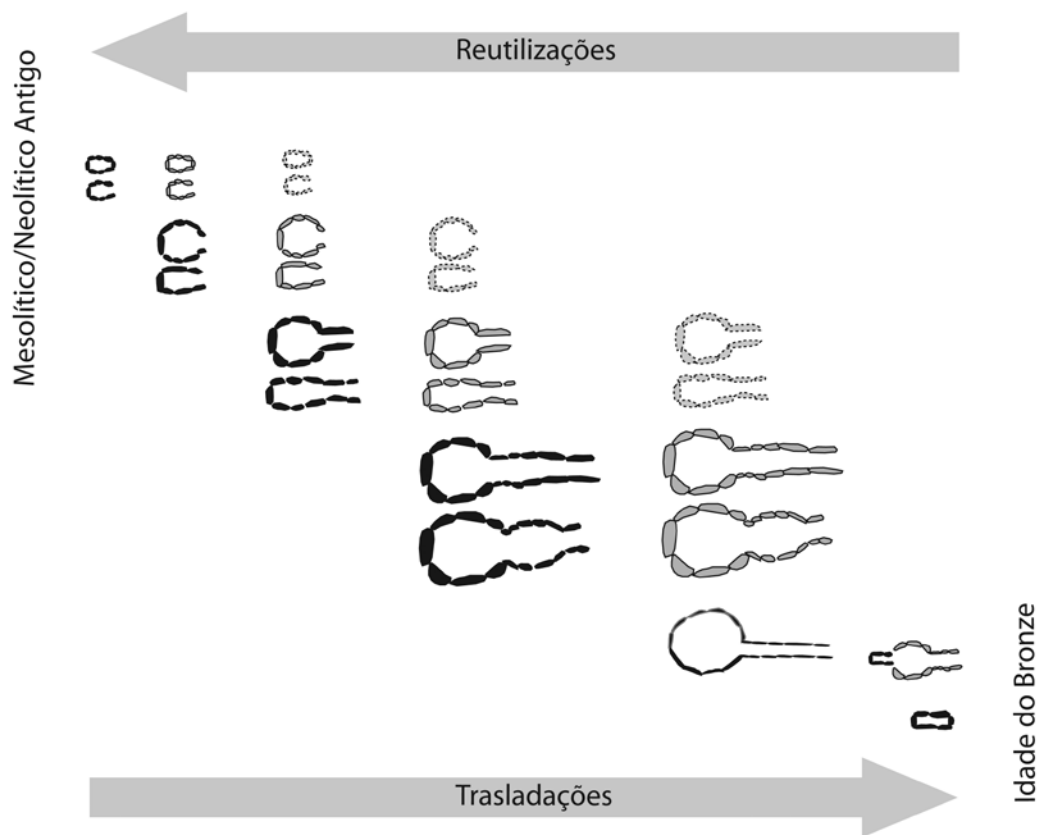


Fig. 7 Modelo evolutivo proposto (Rocha, 2005).

Por outro lado, a situação inversa, ou seja, a presença de materiais antigos em monumentos tipologicamente mais evoluídos — problema efectivamente muito frequente, no Ocidente peninsular — pode corresponder a uma prática, corrente mas não sistemática, de trasladação de restos osteológicos e de espólios, dos monumentos mais antigos para as novas construções.

No conjunto dos dados disponíveis, destaca-se o elevado número de sepulturas protomegalíticas (na ordem de 50%), na área de intervenção de Manuel Heleno, o que torna a ocorrer, na área do Tojal – Quinta do Gato, estudada por Manuel Calado (2003). Esta situação contrasta com a que ocorre em Reguengos de Monsaraz, onde as sepulturas são praticamente desconhecidas. Note-se contudo, que, de uma forma geral, na parte oriental do concelho de Montemor-o-Novo, as antas são largamente maioritárias. Esta realidade pode naturalmente relacionar-se com a falta de prospecções orientadas para a identificação das sepulturas protomegalíticas e, provavelmente, com as destruições que, a partir dos anos 50 do século XX, resultaram da crescente mecanização da agricultura.

Efectivamente, face à destruição e/ou ocultação de muitos dos monumentos referenciados na bibliografia, em virtude das alterações recentes nas sociedades e espaços rurais, os informantes locais, profundos conhecedores do território, na envolvente das aldeias e montes, fruto da actividade profissional ligada à agricultura e pastoreio, foram essenciais para a realocação de sítios e actualização de dados. Porém, as sepulturas protomegalíticas, por serem mais discretas e frágeis, escapam mais facilmente a este tipo de abordagem.

Seja como for, a recente orientação do olhar para as memórias e conhecimentos das populações locais sobre os monumentos megalíticos de Montemor-o-Novo abriu outras direcções na investigação. O estudo da forma como as pessoas conferem significado e memória a determina-

dos lugares do território, e se relacionam com os vestígios materiais de tempos longínquos, pode vir a contribuir para aprofundar novas questões levantadas pelo presente estudo, em concreto no que respeita à importância da Lua da Primavera na orientação das antas e recintos megalíticos.

Os monumentos megalíticos parecem ter sido as primeiras materializações de uma ligação entre a Lua, a marcação da paisagem e o calendário ritual, consubstanciadas quer na sua construção, como sugerem os dados resultantes da medição das suas orientações, quer na decoração patente nalguns deles, em que a representação da Lua ocupa uma posição privilegiada. Materializações que se viriam a perpetuar no tempo, através da memória colectiva, como parecem evidenciar novos elementos entretanto recolhidos (Silva, 2003), ou em análise (Oliveira e Silva, 2006).

No que se refere às orientações, os dados de M. Heleno mostram que se verifica quase sempre uma orientação maioritária no “quadrante” Este, aspecto que, no caso das antas com corredor, atinge o valor de 95%, e no caso de sepulturas abertas, o valor de 85%. Deve contudo notar-se a existência de uma percentagem significativa, embora pequena (15%), de sepulturas (10) cuja orientação se faz para o quadrante Oeste. No caso das antas, esta percentagem é quase nula, só uma sendo indicada como orientada a Oeste (Águias 1, Mora) e outra, de planta “anómala”, orientada a Sul (Rabaçal, Montemor-o-Novo). Presumindo que a anta relocada na Fonte Santa é a referida como Rabaçal, esta orientação a Sul não foi confirmada no presente trabalho, uma vez que a orientação observada é claramente a Este.

Victor Gonçalves, na reanálise dos dados dos Leisner sobre o concelho de Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1992), contabiliza 69 antas, todas, menos uma, orientadas a nascente. Também aqui se verifica um elevado número de antas (cerca de 50%) num intervalo estreito de 10°, centrado num azimute verdadeiro próximo de 100°, se tomarmos em conta que se trata de leituras directas da bússola e fizermos a correspondente correcção para a declinação magnética da época. Refere ainda aquele autor que 97% das antas se encontram orientadas num intervalo de 45° (i.e. entre 80°-125° se corrigirmos para a declinação magnética da época). Em qualquer caso, verifica-se o mesmo padrão, em que pelo menos 70% das antas se situam num intervalo de 20°, centrado cerca de 10° a sul da direcção Este.

A concordância global dos dados acima descritos parece confirmar a existência de um padrão de orientação, particularmente claro no caso das antas, e que abrange regiões razoavelmente distantes, e distintas, geograficamente.

Além disso, a constância deste valor médio numa área que se estende geograficamente numa extensão da ordem de 300 km x 300 km, aponta necessariamente para um recurso à observação do céu na escolha dessas orientações, como aliás já tinha sido proposto (Hoskin e Calado, 1998).

O valor desta orientação preferencial próxima de 100° encontra-se inusitadamente fora das direcções solares e lunares mais directamente resultantes da dinâmica celeste perceptível no dia-a-dia.

Como acima se refere, Oldham também realizou um levantamento de orientações, dentro do nível de rigor adequado para este tipo de análise. No entanto, das 15 antas em comum com Hoskin e Calado, há 9 em que a diferença de azimute medido por Oldham é inferior ou igual a 2°, e há 3 em que a diferença é inaceitável (desvios da ordem de 10° ou superiores, como, por exemplo, Pinheiro do Campo 1, Gonçala 1 ou Anta Grande dos Antões). Igualmente, no caso das 21 antas em comum com as medidas do presente trabalho, sete apresentam desvios da ordem de 10° ou superiores (Pinheiro do Campo 1, Alcalva de Cima 2, Bate Pé 1, Amoreira das Torres, Valeira 2, Paço 1 e Barrocal) e, em 11 casos, verifica-se a concordância dentro de 2°. Contudo, um exame detalhado, quer dos casos em que se verifica um bom acordo, quer dos casos em que se verificam



Fig. 8 C02 – Anta do Barrocal.

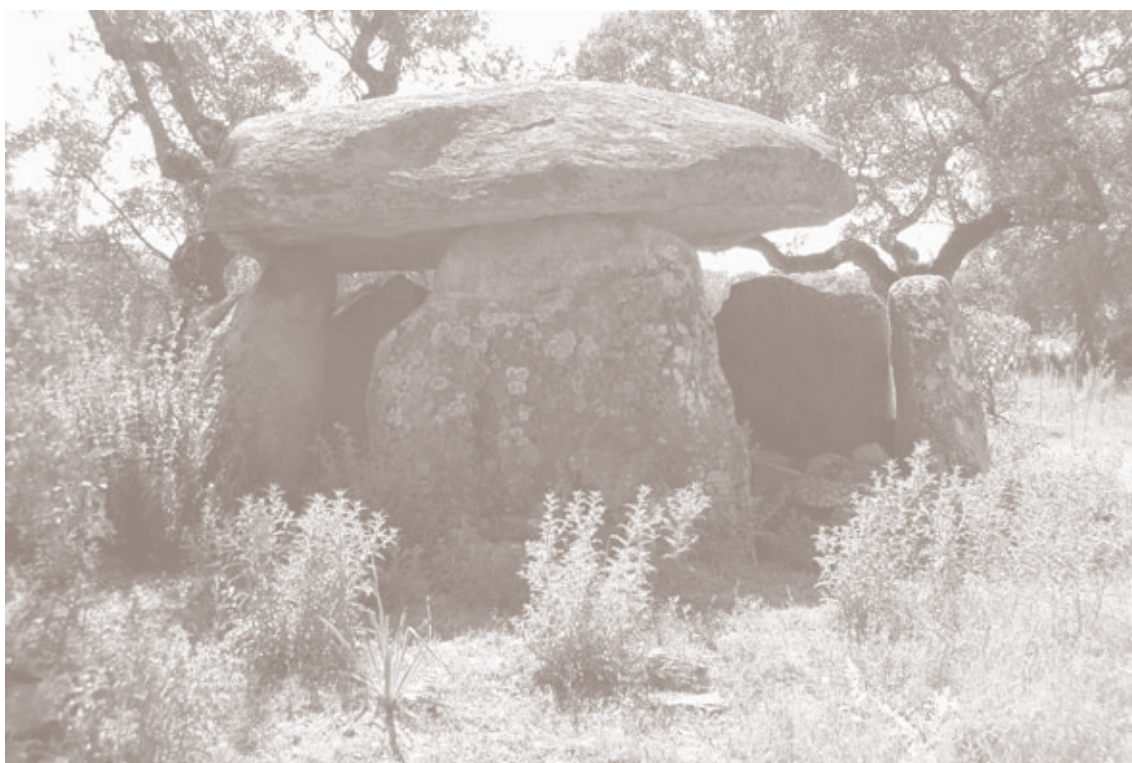


Fig. 9 C06 – Anta 1 do Paço.



Fig. 10 C13 – Anta da Atalaia.



Fig. 11 C20 – Anta dos Alfundões.



Fig. 12 C27 – Anta da Chaminé.



Fig. 13 C33 – Anta do Estanque.

discrepâncias, parece suportar a indicação de que, em geral, estas se verificam quando o estado de conservação pode levantar dúvidas quanto à direcção de orientação a medir. Uma pequena diferença de interpretação quanto à aparente simetria da câmara ou do corredor pode facilmente explicar uma diferença de azimute da ordem de 5° . Na ausência de um corredor bem desenvolvido e em que, em alternativa, o estado de conservação não permita, por exemplo, uma identificação segura do esteio de cabeceira, é possível compreender diferenças de estimativa de orientação, da ordem de 10° ou superior. Apenas no caso da Anta da Amoreira da Torre que tem um longo corredor ainda bastante bem definido parece realmente insólito que haja uma diferença de 9° entre as duas leituras.

Oldham sugere que esta orientação preferencial tenha como guia a direcção em que o nascimento da constelação das Plêiades poderia ter sido observado em épocas megalíticas. Com efeito, esse compacto agrupamento de estrelas, que é suficientemente conspícuo para, em astronomias e astrologias mais recentes, ter correspondência mitológica, nasce actualmente num azimute da ordem de 58° . Porém, se tivermos em conta a variação secular da obliquidade (inclinação do eixo de rotação da Terra sobre o plano da sua órbita) podemos estimar que cerca de 4500 a.C. este asterismo teria uma declinação celeste cerca de -7° , o que permitiria uma observação do seu nascimento em azimutes da ordem de 99° , compatível com os dados de orientação agora registados. No entanto deve notar-se que a variação secular do referido azimute, cujo valor é da ordem de 6° por milénio, faz com que a direcção preferencial de nascimento das Plêiades, cerca do ano 3000 a.C., já seja de 90° . O nascimento das Plêiades varre o intervalo de azimutes entre 100° e 95° entre os anos 4500 a.C. e 3700 a.C. Talvez a grande pujança da construção de monumentos megalíticos tenha ocorrido preferencialmente dentro deste período e tivesse beneficiado desse elemento orientador. Porém, fora desse período, a orientação gradualmente sairia do referido intervalo. Cerca do ano 6500 a.C. a orientação do nascimento das Plêiades seria de 115° , e cerca de 2100 a.C. seria de 85° . Mesmo que, na altura da implantação e construção, estatisticamente a orientação final não ficasse na direcção inicialmente escolhida, e fosse afectada por um erro médio “normal” da ordem de 5° , o pico de orientação preferencial levaria pelo menos cerca de 4400 anos a “varrer” o intervalo significativo de 2σ das distribuições actualmente observadas. Estes histogramas representariam então o esforço de trabalho investido na construção dos megálitos, entre meados do sétimo milénio e o final do terceiro, apresentando como data mais representativa o meio do quarto milénio. Porém, se é certo que as Plêiades tenham sido usadas em culturas na antiguidade, em particular pelos gregos (Belmonte, 1999), normalmente associadas ao calendário agrícola, não parece haver no contexto das culturas mediterrânicas um uso generalizado, simbólico, ou cultural, deste asterismo. Por outro lado, o uso continuado deste guia de construção teria certamente desviado, de forma sistemática, a orientação das antas para valores fora do intervalo presentemente observado, tal como aconteceu com o uso da estrela Sirius nos templos egípcios dedicados a Isis, que veio a ser abandonado por essa razão.

Convém ainda observar que, a confirmar-se a proposta de Oldham, as diferentes orientações observadas corresponderiam a diferentes cronologias, o que dificilmente se pode conjugar com os dados cronológicos disponíveis. Na verdade, monumentos com arquitecturas e espólios semelhantes diferem nas orientações, e vice-versa.

No entanto, a recente análise da dinâmica lunar (Silva, 2004), acima referida, leva-nos a sugerir que a observação da “Lua da Primavera” possa ter desempenhado esse papel de orientação celeste dos corredores das antas. O bom acordo verificado entre as distribuições de orientações das antas e a distribuição de azimutes do nascimento da “Lua da Primavera” confere razoável plausibilidade à sua utilização como guia da orientação da planta inicial da construção. E essa orientação



Fig. 14 C36 - Rapoula 2.



Fig. 15 C42 - Velada.



Fig. 16 C53 – Fazendas.



Fig. 17 C58 – Moita do Gato.

não sofreria alteração significativa nos últimos vinte milénios, mantendo-se essencialmente a mesma desde o Paleolítico até aos dias de hoje.

Independentemente do interesse desta análise como contribuição para o conhecimento das antas de Montemor, a sua inserção na perspectiva de análise regional da problemática da “Lua da Primavera” permite desde já referir o aparente bom acordo com o modelo de base. Este acordo confere bem com a expectativa proveniente da análise preliminar resultante da análise regional dos dados das 177 antas de Hoskin e Calado. Deve contudo notar-se que a ocorrência de uma aparente ligeira aglomeração de orientações entre os azimutes de 80° e 85°, eventualmente correspondentes ao equinócio do Outono, só foi ligeiramente sugerida pelos dados das áreas de Elvas-Castelo de Vide-Valência-Cáceres. A possibilidade de existência de um efeito correspondente ao equinócio de Outono, parece ter sido detectada por J. Belmonte (2000) na região de Valência de Alcântara, embora com base também nas orientações dum reduzido número de antas. O autor atribuiu-lhe um valor simbólico de sobrevivência aos excessivos calores do Verão, celebrando as bem chegadas chuvas de Outono. A recolha de informação semelhante nestas regiões poderá eventualmente fornecer uma visão mais precisa desta questão.

Os dados presentemente recolhidos são, por si só, suficientes para o esclarecimento da preferência local pelas orientações do equinócio da Primavera mesmo tendo em conta uma possível ligeira contribuição do efeito do equinócio do Outono. No entanto, a expectativa de melhorar a visibilidade estatística, pela observação das antas das áreas meridionais do concelho de Montemor, justificou o prosseguimento das medidas nesta região. Por um lado permitiu estabelecer um limite para a eventual contribuição do Outono, que parece ter sido detectada na região de Valência de Alcântara. Porém, por outro lado, ajudou a melhor definir a distribuição de orientações, e esclarecer o efeito aparentemente irregular de uma acumulação de orientações entre 100° e 105°. Dificilmente se esperaria que fosse possível alinhar a construção duma anta mantendo um rigor de orientação inferior a 5°, mesmo em casos de construções relativamente próximas. Pensa-se que este efeito é apenas um artefacto de natureza estatística que resulta do baixo número de casos observados, e que se diluirá naturalmente à medida que o número de casos aumente. Um efeito semelhante foi notado nos dados de Hoskin e Calado precisamente no mesmo intervalo, efeito que, contudo, se reduziu, redefinindo os inícios dos intervalos usados na construção do histograma, isto é, redefinindo as classes usadas para a agregação dos dados. Por outro lado, em casos em que há grupos de antas muito próximas (ex: Caeiras, Pavia), ou, pelo menos, com intervisibilidade, verifica-se que os valores das orientações se distribuem no intervalo alargado de 80°-115°, o que é mais compatível com a observação de sucessivas Luas da Primavera, que percorrem o intervalo global de azimutes durante um período de variação dos nodos lunares (cerca de 19 anos).

A clara concordância que ainda hoje se pode observar entre a orientação das antas e a direcção em que nasce a Lua da Primavera, por um lado, e a semelhança estrutural com a actual definição da Lua Pascal judaico-cristã, assim como a evidência de actuais práticas com origem no culto lunar, faz supor que a importância simbólica da lua na marcação da paisagem e do calendário ritual de diversas religiões se tenha mantido em momentos históricos e civilizacionais posteriores.

Há que aprofundar estas questões, examinando em detalhe a memória colectiva e a sua materialização espacial, procurando sobrevivências da relação entre a lua, a marcação da paisagem e a celebração da primavera, na busca de continuidades e discontinuidades nas manifestações “religiosas” e crenças ligadas à lua, e identificando eventualmente costumes, crenças, dizeres na memória colectiva, bem como locais onde se verifiquem indícios associados a eventuais cultos lunares.



Fig. 18 C88 – Olival 1.



Fig. 19 C120 – Sobreira.

7. Agradecimentos

Ao Prof. M. Calado, pelo apoio na identificação *in situ* de alguns monumentos na área do Tojal e Quinta do Gato e pela disponibilização de dados cartografados (sobretudo menires e recintos) para inclusão nos dados globais do Concelho de Montemor-o-Novo. À Maria Fernanda, pelo empenhado apoio no terreno durante a campanha de medidas das orientações geográficas e pelas pacientes leituras críticas nas diversas fases da elaboração do presente manuscrito.

Anexo 1 – Relação dos monumentos megalíticos do Concelho de Montemor-o-Novo. Relocalização GPS e orientação geográfica

Listagem A. Monumentos visitados (CO,CMS), em 2005-2006, com base no levantamento de 2001 (Oliveira, 2001)					
“A”	“B”		ED-50 UTM - X	ED-50 UTM - Y	Orientação (Zm) ν ; Zv
CO1		ANTA DA FLAMENGA	547520	4271080	
C02		ANTA DO BARROCAL	566270	4290510	(107)
C03	L77	ANTA DO FORO 1 (BARROCAL DAS FREIRAS)	561950	4289830	107
C04	L119	ANTA DO FORO 2 (BARROCAL DAS FREIRAS)	561820	4290150	(110)
C05		ANTA DA HERDADE DE BAIXO	562380	4292950	77
C06	L01	ANTA DO PAÇO 1	567990	4291900	114
C07	L02	ANTA DO PAÇO 2	567910	4291930	105
C08		ANTA DA PARREIRA	565840	4297060	(117)
C09	L07	ANTA DO ROCIO DO MONTINHO	567740	4291210	88
C10	L04	ANTA DO ZAMBUJEIRO (TAPADA)	567240	4291590	(82)
C11	L92	ANTA DA AMENDOEIRA 1	562700	4285370	96
C12		ANTA DA AMENDOEIRA 2 (destruída)	[562910]	[4285450] _a	
C13	L83	ANTA DA ATALAIA	564050	4287430	99
C14		ANTA DE RIBEIRA DE PEGOS	559100	4287460	(117)
C15	L61	ANTA DAS ANTAS 1	556970	4298070	105
C16	L60	ANTA DAS ANTAS 2	557060	4298060	105
C17		ANTA DO CHÃO DE BARRANCO	555800	4291480	114
C18		ANTA DO PIMPOLHO (não localizada)	[558320]	[4294840] _a	
C19		ANTA DE VÁRZEAS	560830	4298190	
C20	L95	ANTA DE ALFUNDÕES	566480	4284300	100
C21		ANTA DO BATE PÉ NOVO (não identificada)	[572000]	[4288780] _x	
C22	L69	ANTA DO BATE PÉ VELHO 1	573100	4287570	88
C23	L70	ANTA DO BATE PÉ VELHO 2	573290	4287500	94
C24	L71	ANTA DO BATE PÉ VELHO 3	573370	4287490	89
C25	L96	ANTA DE CABEÇO DE MOURO	566430	4283710	107
C26		ANTA DA CASA VELHA (Comenda do Coelho)	569240	4289930	
C27	L31	ANTA DA CHAMINÉ	571490	4289750	99
C28		ANTA DA CRAVELINHA (destruída)			
C29	L10	ANTA DA COMENDA GRANDE	571320	4290860	86
C30	L09	ANTA GRANDE DA COMENDA DA IGREJA 1	569350	4290430	104
C31	L08	ANTA DA COMENDA DA IGREJA 2	569410	4291060	118

Listagem A. Monumentos visitados (CO,CMS), em 2005-2006, com base no levantamento de 2001 (Oliveira, 2001) [cont.]					
“A”	“B”		ED-50 UTM - X	ED-50 UTM - Y	Orientação (Zm) ^v ; Z ^v
C32		ANTA DA COMENDINHA (não identificada)	[570470]	[4292690] ^x	
C33	L22	ANTA DO ESTANQUE	570140	4291220	(104)
C34		ANTA DA MURTEIRA	564390	4285230	107
C35	L20	ANTA DA RAPOULA 1	570100	4290030	
C36		ANTA DA RAPOULA 2	570220	4289970	(105)
C37		ANTA DO SÍTIO DO CURRALEJO (não localizada)			
C38	L15	ANTA DE VALE DE CANCELAS	569020	4292840	
C39	L135	MENIRES DE VALE DE CANCELAS	568970	4292830	
C40	L66	ANTA DOS VARELAS 1	570760	4288270	114
C41	L67	ANTA DOS VARELAS 2	572070	4286030	104
C42	L06	ANTA DA VELADA (Comenda do Coelho)	568640	4289950	82
C43	L93	ANTA DO VIDIGAL	564230	4284480	79
C44		ANTA DA ALCAVA DE CIMA 1	581140	4275880	(106)
C45		ANTA DA ALCAVA DE CIMA 2	581150	4275820	(94)
C46		ANTA DA AMOREIRA DA TORRE	572760	4279050	106
C47		ANTA DA AZINHEIRA (submersa-B. Minutos)	[597872]	[4278877] ^b	108
C48		ANTA DA AZINHEIRA GALEGA	581460	4280220	(105)
C49		ANTA DO CARAPETEIRO	578170	4276140	(122)
C50		ANTA DO CARRASCAL	580780	4280420	72
C51		ANTA DO CARVALHO 1	574790	4287500	
C52		ANTA DO CARVALHO 2	574260	4287530	
C53		ANTA DAS FAZENDAS 1	580050	4284520	(85)
C54		ANTA DAS FAZENDAS 2	580150	4284680	(97)
C55		MENIR DAS FAZENDAS	579220	4283950	
C56		ANTA DA FONTE DA SENHORA (submersa-BM)	[579106]	[4278617] ^b	83
C57		ANTA DA MALHADA DO OUTEIRO (PATALIM)	580820	4275460	(97)
C58		ANTA DA MOITA DO GATO	583550	4274430	(108)
C59		ANTA DOS NABOS	575480	4286950	
C60		ANTA DAS NAVALHINHAS	577440	4278630	
C61		ANTA DO PATALIM 1 (não localizada)			
C62		ANTA DO PATALIM 2 (ALMO)	581930	4274100	82
C63		MENIR DA PEDRA LONGA	579110	4284080	
C64	L76	ANTA DO MONTE DAS PEDRAS (vide texto)	[577710]	[4285330] ^c	
C65	L76	ANTA DA REPRESA	577840	4285820	(86)
C66		ANTA DA SERRANHEIRA	581710	4281740	97
C67		ANTA DOS TOURAIS 1	573320	4277680	77
C68		ANTA DOS TOURAIS 2	572560	4277790	
C69		ANTA DAS VALADAS DE BAIXO	580390	4273360	103
C70		SÍTIO DO ZAMBUJAL 1	577970	4276270	
C71		ANTA DO ZAMBUJAL 2	577830	4277740	106
C72		ANTA DO ZAMBUJAL 3	577870	4277940	92
C73		ANTA DO CARAPETAL 1	567770	4263420	99
C74		ANTA DO CARAPETAL 2	567920	4263660	

Listagem A. Monumentos visitados (CO,CMS), em 2005-2006, com base no levantamento de 2001 (Oliveira, 2001) [cont.]				
“A”	“B”	ED-50 UTM - X	ED-50 UTM - Y	Orientação (Zm) ν ; Zv
C75	ANTA DA CARVOEIRA	574350	4265720	(93)
C76	ANTA DO ESCOURAL 1	566990	4264480	(101)
C77	SEPULTURA DO ESCOURAL 2	566990	4264480	
C78	SEPULTURA DO ESCOURAL 3	567170	4264810	
C79	SEPULTURA DO ESCOURAL 4 (não localizada)			
C80	THOLOS DO ESCOURAL	575740	4266480	(88)
C81	ANTA DO FALCÃO (não localizada)			
C82	ANTA DA FIGUEIRA (não localizada)			
C83	ANTA DA MALHADA 1	568910	4267020	
C84	ANTA DA MALHADA 2	568570	4267750	(97)
C85	MENIRES DA MALHADA (não localizados)			
C86	ANTA DA NOGUEIRA	568270	4266370	
C87	ANTA DA CAPELA DA Sr. ^a do LIVRAMENTO	576000	4264590	(94)
C88	ANTA DO OLIVAL 1	570560	4262660	90
C89	ANTA DO OLIVAL 2	570580	4263230	
C90	ANTA DO OLIVAL 3	570240	4263610	(99)
C91	SEPULTURA DE POLOME			
C92	ANTA DO OUTEIRO DE S. BRISSOS	[579410]	[4264860]x	
C93	ANTA DA ROCHA 1	578760	4265220	(98)
C94	ANTA DA ROCHA 2	579370	4265150	(82)
C95	ANTA DE VALE DE MÓS	568550	4268830	
C96	MENIR DE VALE DE MÓS	568890	4269110	
C97	SEPULTURA CASAS DE BAIXO 2 (não localizada)			
C98	ANTA DAS CASAS DE BAIXO 3	566590	4262340	
C99	RECINTO DAS CASAS DE BAIXO	565400	4262280	
C100	ANTA DOS CASTELOS 1	559090	4270220	
C101	ANTA DOS CASTELOS 2 (não localizada)			
C102	SEPULTURA DA CHAMINÉ	567710	4260730	(114)
C103	ANTA DA QUINTA DO GATO 1	566580	4264290	(95)
C104	SEPULTURA DA QUINTA DO GATO 2	566610	4264290	(85)
C105	SEPULTURA DA QUINTA DO GATO 4	566840	4264670	
C106	SEPULTURA DA QUINTA DO GATO 5	566940	4264760	(83)
C107	SEPULTURA DA QUINTA DO GATO 6	566890	4264980	(95)
C108	SEPULTURA DA QUINTA DO GATO 7	566980	4264990	
C109	ANTA DO TOJAL 1	565830	4262770	(127)
C110	ANTA DO TOJAL 2	566520	4263810	
C111	RECINTO DO TOJAL	566570	4264170	
C112	MENIR DO TOJAL	566370	4263740	
C113	ANTA DE VALE DA ASNA 2	556720	4266720	(101)
C114	MENIR DA COURELA CASA NOVA	561660	4278270	
C115	RECINTO DOS CUNCOS	561800	4277840	
C116	ANTA DA HORTA DA RABASQUEIRA	556230	4280000	
C117	MENIR DO SIDERAL	562670	4276530	

Listagem A. Monumentos visitados (CO,CMS), em 2005-2006, com base no levantamento de 2001 (Oliveira, 2001) [cont.]					
“A”	“B”		ED-50 UTM - X	ED-50 UTM - Y	Orientação (Zm) <i>v</i> ; Z <i>v</i>
C118		RECINTO DO SIDERAL	562280	4276670	
C119		ANTA DA SOBREIRA	563160	4275960	(92)
C120		MENIR DA SOBREIRA	563160	4275960	
C121		ANTA DE VALE DA ASNA 1	556470	4267950	(92)
C122		MENIR DO CARAPETAL			
C123		MENIR DO ESCOURAL	567923	4264535	
C124		MENIR DO MONTE DO ÁLAMO	559043	4280612	
C125		MENIR DO PATALIM	580322	4275572	
C126	L136	MENIR DE S. GERALDO	570245	4290649	
C127		MENIR DA VELADA	579993	4273078	
C128	L68	ANTA DA FONTE SANTA (RABAÇAL)	568700	4285690	96
OUTRAS (fora do Concelho de Montemor-o-Novo)					
		“REPRESA” (Arraiolos)	579240	4285510	
		AGUA DOCE 1	569780	4292840	
		AGUA DOCE 2	569980	4297790	(107)
		PINHEIRO DO CAMPO 1	579630	4273290	
		PINHEIRO DO CAMPO 2	580080	4272670	
		ANTA DA SERRANHEIRA 2	582350	4281320	80
		ANTA DA VALEIRA 1	586870	4277220	109
		ANTA DA VALEIRA 2	586880	4277150	112
		ANTA DA CEGONHEIRA 1	582700	4280610	104
		ANTA DA CEGONHEIRA 2	582700	4280640	(90)
		ANTA DA CEGONHEIRA 3	582900	4281000	(81)
		ANTA DA CEGONHEIRA 4	582690	4280480	(112)

[.....] a - localização actual de esteios

[.....] b - coordenadas da ERA-Arqueologia

[.....] c - pedras; anta Monte das Pedras=C65

[.....] x - Ident. Duvidosa; ponto carteadado

NOTA: Esta listagem de antas de Montemor-o-Novo foi elaborada com base nos elementos bibliográficos disponíveis antes de conhecidos os Cadernos de Manuel Heleno, e entretanto complementada com base noutros trabalhos mais recentes. As origens bibliográficas estão essencialmente compiladas por Oliveira (2001) e Calado (2003). Note-se que a listagem abrange alguns menires e recintos que se encontram em estreita proximidade duma anta ou sepultura, ou que são suficientemente notáveis no concelho, não representando contudo mais do que uma muito pequena parte dos megálitos não funerários conhecidos. Em ambas as listagens assinalam-se as correspondências identificadas através das distâncias e dos elementos morfológicos, mas essencialmente só nos casos de efectiva realocização.

Listagem B. Monumentos visitados (LR), em 2004, com base nos cadernos de Manuel Heleno (Rocha, 2005)					
“A”	“B”		ED-50 UTM - X	ED-50 UTM - Y	
C02	L1	Paço 1	567984	4291900	
C01	L2	Paço 2	567906	4291930	
	L3	Paço 3	566600	4292000	NL
C10	L4	Paço 4	567222	4291600	
	L5	Com. Coelbo-Casarão	568700	4290400	
C42	L6	Velada	568850	4290050	
C09	L7	Tapada	568010	4291604	
C31	L8	(Pequena) Com. Igreja 1	569410	4291060	
C30	L9	(Grande) Com. Igreja 2	569368	4290416	
C29	L10	Curral da Antinha	571355	4290805	
	L11	Comendinha	570400	4292700	NL
	L12	Tanque do Romão	559800	4295290	NL
	L13	Pimpolho	568400	4296255	NL
	L14	Arneiro dos Pinhais	558900	4293800	NL
C38	L15	Vale de Cancelas	569023	4292836	
	L16	Cabeço da Areia	565200	4296550	MH
	L17	Barranco da Fraga	565750	4296850	MH
	L18	Extrema (do Paço)	566828	4292565	
	L19	Oliveira da Cruz	568710	4290990	MH
	L20	Vale do Freixo	568710	4290990	MH
	L21	Monte de Cima	568510	4290700	MH
C33	L22	Estanque	570050	4291100	
	L23	Tapada 2	568010	4291604	
	L24	Vale de Freixo 2	568300	4291250	MH
	L25	Pardilheiro	568300	4290190	MH
	L26	Torre do Franco	568150	4290150	MH
	L27	Cabeço da Rainha	570113	4290637	
	L28	Poço da Freguesia	570050	4290500	
	L29	S. Geraldo 2	569950	4290200	
C35	L30	Barrada	570250	4289950	
C27	L31	Pasmaceira	571600	4289800	
	L32	Poço de S. Geraldo	570400	4290650	MH
	L33	Monte da Mó	569650	4289300	MH
	L34	Horta do Teixeira	569200	4291000	MH
	L35	Penedo do Bispo			NL
	L36	Casas de Baixo	566736	4292112	
	L37	Casas de Baixo 2	567050	4292050	MH
	L38	Casas de Baixo 3	567250	4292066	
	L39	Casas de Baixo 3a	567250	4292066	NL
	L40	Sepulturas do Paço			NL
	L41	Zambujeiro 2			NL
	L42	Zambujeiro 3			NL
	L43	Zambujeiro 4			NL

Listagem B. Monumentos visitados (LR), em 2004, com base nos cadernos de Manuel Heleno (Rocha, 2005) [cont.]					
“A”	“B”		ED-50 UTM - X	ED-50 UTM - Y	
	L44	Lobeira de Baixo	561500	4292415	
	L45	Lobeira de Baixo 2	562600	4291420	MH
	L46	Lobeira de Baixo 3	560100	4291700	MH
	L47	Salto do Lobo	559320	4291000	MH
	L48	Rouco (Lobeira de Baixo)	561915	4291415	MH
	L49	(Estrada Lavre-Lobeira C.ª) 2			NL
	L50	Cabana (Lobeira de Baixo)			NL
	L51	(Pequena) Moinho da Tapada	567815	4291600	MH
	L52	Barrocaes (Com. Igreja)	568300	4291350	MH
	L53	Lobeira de Cima 1	562563	4290359	
	L54	Lobeira de Cima 2	562628	4290353	
	L55	Lobeira de Cima 3	562550	4290210	MH
	L56	Pego da Regina	563450	4290050	MH
	L57	Herdade de Baixo	563797	4293462	
	L58	Antas 1	557258	4297999	
	L59	Antas 2	557268	4298073	
C16	L60	Antas 3	557052	4298056	
C15	L61	Antas 4	556969	4298067	
	L62	Cabana (Lobeira de Baixo) Fundo 2	560400	4291210	MH
	L63	Garcia 1	555800	4291490	MH
	L64	Garcia 2	556000	4291400	MH
	L65	Freixeirinha			NL
C40	L66	Varelas 1	571250	4287900	
C41	L67	Varelas 2	572050	4286250	
C128	L68	Rabaçal (Fonte Santa)	568710	4285750	
C22	L69	Bate Pé Velho 1	573100	4287600	
C23	L70	Bate Pé Velho 2	573200	4287600	
C24	L71	Bate Pé Velho 3	573400	4287550	
	L72	Carvalho	574250	4287510	MH
	L73	Barrocalinho			NL
	L74	Nabos 1	576400	4287670	MH
	L75	Nabos 2	575700	4287500	MH
C65/4	L76	Monte das Pedras	577850	4285300	MH
C03	L77	Barrocal das Freiras 3	561951	4289812	
	L78	Barrocal das Freiras 4	561965	4290051	
	L79	Barrocal das Freiras 5	561900	4289850	MH
	L80	Barrocal das Freiras 6	561522	4289180	
	L81	Barrocal das Freiras 7	561422	4289180	MH
	L82	Barrocal das Freiras (Cistas)	561210	4289100	MH
C13	L83	Atalaia 1	564101	4287490	
	L84	Monte do Deserto 1			NL
	L85	Monte do Deserto 2	560150	4288150	
	L86	Monte do Deserto 3	560087	4288142	

Listagem B. Monumentos visitados (LR), em 2004, com base nos cadernos de Manuel Heleno (Rocha, 2005) [cont.]					
“A”	“B”		ED-50 UTM - X	ED-50 UTM - Y	
	L87	Monte do Deserto 4	560060	4288450	
	L88	Monte do Deserto 5	558946	4288679	
	L89	Monte do Deserto 6	558362	4288127	
	L90	Espragal	561210	4285300	MH
	L91	Amendoeira 1	562740	4285570	
C11	L92	Amendoeira 2	562710	4285380	
C43	L93	Vidigal 1	564500	4284050	
	L94	Vidigal 2	566750	4284550	
C20	L95	Vidigal 3	566450	4284250	
C25	L96	Vidigal 4	566438	4283720	
	L97	Vidigal 5	568225	4283850	MH
	L98	Vidigal 6	565300	4283600	MH
	L99	Vidigal 7	567150	4283900	MH
	L100	Monte do Deserto 7	559600	4288450	
	L101	Monte do Deserto 8	559600	4288200	
	L102	Monte do Deserto 9	560600	4286651	
	L103	Monte do Deserto 11	559381	4288765	
	L104	Monte do Deserto 12	559345	4288819	
	L105	Monte do Deserto 13	559273	4288715	
	L106	Monte do Deserto 14	559209	4288726	
	L107	Monte do Deserto 15	559143	4288762	
	L108	Monte do Deserto 16	560000	4289550	MH
	L109	Barrocal das Freiras 8	560550	4289000	MH
	L110	Herdade de Baixo 2	563150	4292050	MH
	L111	Monte do Deserto 19	560000	4287950	MH
	L112	Monte do Deserto 20	560770	4287236	
	L113	Monte do Deserto 21	560450	4287320	MH
	L114	Monte do Deserto 22	561362	4287352	
	L115	Soldos 1	574042	4292127	
	L116	Cabana (Lobeira de Baixo) Chão 2	561500	4291825	MH
	L117	Valenças	563671	4291450	
	L118	Barrocal das Freiras 1	561743	4289839	
C04	L119	Barrocal das Freiras 2	561829	4290154	
	L120	Atalaia 2	563650	4287670	
	L121	Herdade de Cima	565400	4293290	MH
	L122	Monte do Deserto 23	560058	4288056	
	L123	Monte do Deserto 10	559610	4288470	
	L124	Com. Igreja 2	569200	4290890	MH
	L125	Monte do Deserto 18	559209	4288724	MH
	L126	Monte do Deserto 17	560400	4288451	
	L127	Monte das Valenças (romano)	564400	4291800	
	L128	Castro do Cavaleiro (povoado)	569237	4293616	
	L129	Chapelar 1 (povoado)	565871	4296866	

Listagem B. Monumentos visitados (LR), em 2004, com base nos cadernos de Manuel Heleno (Rocha, 2005) [cont.]					
“A”	“B”		ED-50 UTM - X	ED-50 UTM - Y	
	L130	Chapelar 2 (hab. moderno)	565877	4296843	
	L131	Pedras Furadas (hab. pré-hist.)	563185	4290788	
	L132	Montinho 1 (hab. romano/med.)	567014	4291131	
	L133	Fonte das Taipas (Com. Coelho) (hab. pré-hist.)	569403	4290000	
	L134	Monte da Mó (hab. pré-hist.)	569768	4289335	
C39	L135	Vale de Cancelas (Menires)	568972	4292837	
	L136	S. Geraldo (Menir)	570150	4290700	

NOTA: Esta listagem foi elaborada com base nos elementos constantes nos Cadernos de Manuel Heleno e fez parte do trabalho de campo relatado por Rocha (2005). Uma percentagem significativa de locais indicados nos Cadernos não foi localizada, e aparece nesta lista indicada por NL, muitas vezes sem indicação de coordenadas (na ausência de informações seguras de Manuel Heleno). Nos casos em que apenas foi aproximadamente localizada a posição sem contudo se encontrarem vestígios, optou-se por indicar coordenadas que se deduzem das indicações de Manuel Heleno, sendo nesta lista assinaladas com MH. De notar também a introdução ocasional de alguns menires, bem como povoados e habitats. Em ambas as listagens assinalam-se as correspondências identificadas através das distâncias e dos elementos morfológicos, mas essencialmente só nos casos de efectiva relocalização.

Localização geográfica

Em ambas as listagens as coordenadas UTM indicadas referem-se ao Datum Europeu 50 (ED 50) que corresponde à actual quadrícula azul das cartas 1/25 000 do Instituto Geográfico do Exército. Deve ter-se em conta que as futuras cartas virão com quadrícula a preto correspondente ao Datum Mundial WGS 84 embora mantenham as marcas a azul nas margens. No uso do GPS ter-se-á sempre em conta a necessidade de configurar para o datum adequado e só usar a leitura quando a indicação EPE (Erro de Posição Estimado), ou equivalente, for razoável (ex. inferior a 30 m), pois depende da distribuição dos satélites visíveis no momento da leitura.

Anexo II – Arquitectura dolménica

Pequenas sepulturas

Tipo A1. Pequenas sepulturas fechadas						
Designação	Tipo	ECm	DCT	DCL	HCm	
21.ª do Deserto	A.1	4+?	0,73	1,24	0,73	
17.ª do Deserto	A.1	6+1	1,05	1,72	0,91	
8.ª do Barrocal das Freiras	A.1	6	1,05	1,8	1,16	
8.ª do Deserto	A.1	10	1,19	1,9	0,97	
14.ª do Deserto	A.1	7	0,9	2	0,86	
13.ª do Deserto	A.1	6+2	0,67	2,4	0,62	
Cabeço da Areia	A.1	6	1,43	2,42	0,9	

ECm: esteios da câmara; DCT: diâmetro câmara transversal; DCL: diâmetro câmara longitudinal; HCm: altura máxima esteios câmara.

Tipo A2. Pequenas sepulturas abertas						
Designação	Tipo	ECm	DCT	DCL	HCm	
18.ª do Deserto	A.2	5	0	1,48	0,9	
2.ª de S. Geraldo	A.2	5+2	1,52	1,5	1,33	
Horta do Teixeira	A.2	6	1,15	1,7	1,02	
3.ª do Poço de S. Geraldo	A.2	3	0	1,75	0,8	
Pego da Regina	A.2	2+?	0,75	1,75	0,71	
1.ª Soldos	A.2	6	0	1,75	1	
2.ª da Tapada	A.2	6+1	0,82	1,82	1,04	
Mó	A.2	3+2?	1,38	1,85	1,12	
Sepultura BM	A.2	6	0,82	1,9	0,57	
5.ª do Deserto	A.2	6	1,08	1,9	0,99	
1.ª Herdade Baixo	A.2	4+?	1,05	1,9	0,87	
10.ª do Deserto	A.2	3+?	0	1,96	0	
11.ª do Deserto	A.2	7	0,8	1,98	0,95	
19.ª do Deserto	A.2	6	1,05	2,07	0,99	
4.ª do Deserto	A.2	8+1	1,38	2,1	1,1	
2.ª do Vale do Freixo	A.2	8	1,2	2,2	1,23	
6.ª do Vidigal	A.2	5	0	2,27	0,8	
22.ª do Deserto	A.2	5	1,1	2,28	0,72	
3.ª Lobeira de Cima (Rouco)	A.2	6	0,94	2,35	1,04	
Torre do Franco	A.2	8	1,01	2,4	1,17	
Cabeça da Rainha	A.2	5	1,76	2,46	1,09	
2.ª do Zambujeiro (Paço)	A.2	4	0,75	2,55	1	
Herdade de Cima	A.2	5	1,2	2,6	0,55	
6.ª do Deserto	A.2	8	1,59	2,65	0,94	
Pequena do Moinho da Tapada	A.2	11+?	0,77	2,65	0,9	
7.ª do Deserto	A.2	9	0,91	2,7	0,86	
Poço da Freguesia	A.2	5	1,23	2,8	1,15	
Barrocaes (Comenda da Igreja)	A.2	6+2	1,03	2,8	1,07	
Vale do Freixo	A.2	7+1	1,36	2,85	1,43	
2.ª das Casas de Baixo	A.2	12	0,77	3	1	
Salto do Lobo	A.2	8+?	1,24	3,26	1,2	
Pardilheiro – Comenda Coelbo	A.2	9	1,2	3,3	1,66	
3.ª das Casas de Baixo	A.2	10+2?	0	3,3	0,97	
3.ª do Zambujeiro	A.2	6	0,92	3,5	0,52*	
Rouco (?), Lobeira de Baixo	A.2	9	0,8	4,4	1,22	
Casarões do Zambujeiro	A.2	7+3	1,8	4,5	2	
Barrada	A.2	14+3	1,45	5	1,34	
Arneiro Pinhais	A.2	0	5	6,7	0	

ECm: esteios da câmara; DCT: diâmetro câmara transversal; DCL: diâmetro câmara longitudinal; CC: comprimento corredor; HCm: altura máxima esteios câmara.

Tipo A3. Pequenas sepulturas com corredor								
Designação	Tipo	ECm	ECrD	ECrE	DCT	DCL	CC	AltMáx
16.ª do Deserto	A.3	8	1	1	0,87	1,68	0	0,82
20.ª do Deserto	A.3	8	2	1	1,07	1,99	1	1,1
2.ª Herdade de Baixo	A.3	5+?	1	1	0	2	0,5	0,8
2.ª do Deserto	A.3	6+1	1	3	1,22	2,2	1,1	1,17
6.ª do Barrocal das Freiras	A.3	5+1	2	1	1,24	2,2	0,35	1,1
Monte de Cima	A.3	9	1	2?	1,05	2,22	0	1,24
Penedo do Bispo	A.3	12?	1	0	1,54	2,35	1,3	1,14
3.ª do Deserto	A.3	5	0	1	1,6	2,5	0,5	1
Casas de Baixo	A.3	9	1	1	0,8	2,5	0,4	1,08

ECm: esteios da câmara; ECrD: esteios corredor lado direito; ECrE: esteios corredor lado esquerdo; DCT: diâmetro câmara transversal; DCL: diâmetro câmara longitudinal; CC: comprimento corredor; HCm: altura máxima esteios câmara.

Antas

Tipo: antas sem corredor							
Designação	ECm	CH	TM	DCT	DCL	HCm	O
2.ª Barrocal das Freiras	>2	–	–	0	0	3	–
Caravelinha	5	–	–	2,3	2,2	1,8	–
1.ª Lobeira (?) de Baixo	>5	S	S	2,28	2,26	2,16	E
Carvalho	6	N	N	2,08	2,28	2,09	E
Curral Antinha	7	S	–	2,5	2,2	2,9	–
Pequena da Comenda da Igreja	10	S	S	1,9	2	1,7	E

ECm: esteios da câmara; CH: chapéu; TM: *tumulus*; DCT: diâmetro câmara transversal; DCL: diâmetro câmara longitudinal; HCm: altura máxima esteios câmara; O: orientação.

Tipo: antas com corredor curto										
Designação	ECm	ECrD	ECrE	CH	TM	DCT	DCL	CC	HCm	O
2.ª Lobeira de Baixo	4	3	4	S	S	1,3	2,5	1,5	1,3	E
4.ª Zambujeiro	>4	1	1	S	–	0	2,4	1,6	1,95	–
2.ª Herdade de Baixo	>5	1	1	–	–	0	2	0,5	0,8	E
12.ª Deserto	>5	2	2	N	N	0,9	1,9	0,58	1,07	–
1.ª Varelas	>5	2	3	N	S	2,45	2,4	2,1	2,44	E
2.ª Vidigal	6	4	3	N	–	2,68	3	1,8	2,3	E
Pimpolho	6	1	2	N	N	3,1	3,9	0	2,5	–
1.ª Lobeira de Cima	7	–	2	N	N	1,82	1,92	0,84	1,39	–
2.ª Garcia	7	2	1	N	N	0	0	2,2	1,55	–
1.ª da Atalaia	7	–	2	N	N	2,27	1,73	0,86	2,02	E
5.ª Vidigal	7	1	2	S	S	2,71	2,36	1,25	2,13	E
Vale Cancelas	7	2	4	N	–	2,3	2	1,9	2,15	E/W
1.ª Garcia	7	2	–	N	S	3	3	2,15	2,2	E
Pasmaceira	7	4	3	S	–	2,63	2,08	1,42	2,31	–
1.ª Vidigal	7	1	1	N	N	3,6	3,4	1,37	2,4	E

Tipo: antas com corredor curto [cont.]										
Designação	ECm	ECrD	ECrE	CH	TM	DCT	DCL	CC	HCm	O
Barrocalimbo	7	1	3	N	N	2,91	2,4	1,73	2,45	–
Estanque	7	2	–	S	N	3,22	2,8	2,61	2,5	–
Ext. Paço Herd. Cima	8	1	2	S	S	1,97	1,96	0,9	1,65	E/W
2.ª Varelas	8	1	1	N	N	3,9	2,65	2	2,15	E
1.ª Batepé	8	2	4	N	S	2,4	2,5	2,15	2,17	–
3.ª Batepé	8	2	2	N	N	3,32	2,55	2,15	3,05	E

ECm: esteios da câmara; ECrD: esteios corredor lado direito; ECrE: esteios corredor lado esquerdo; CH: chapéu; TM: *tumulus*; DCT: diâmetro câmara transversal; DCL: diâmetro câmara longitudinal; CC: comprimento corredor; HCm: altura máxima esteios câmara; O: orientação.

Tipo: antas com corredor médio											
Designação	ECm	AC	ECrD	ECrE	CH	TM	DCT	DCL	CC	HCm	O
Oliveira da Cruz	8	–	3	3	N	–	2,05	2,3	2,3	1,6	E/W

ECm: esteios da câmara; ECrD: esteios corredor lado direito; ECrE: esteios corredor lado esquerdo; CH: chapéu; TM: *tumulus*; DCT: diâmetro câmara transversal; DCL: diâmetro câmara longitudinal; CC: comprimento corredor; HCm: altura máxima esteios câmara; O: orientação.

Tipo: antas com corredor longo											
Designação	ECm	AC	ECrD	ECrE	CH	TM	DCT	DCL	CC	HCm	O
3.ª Antas	5	–	1+?	3	S	S	2,74	2,6	3	1,8	ES
1.ª Antas	6	–	2	2	N	S	2,6	2,6	3,35	0	E
2.ª Batepé	6	–	6	6	S	N	3,08	3	4,55	2,72	E
9.ª Deserto	7	–	3	1	–	S	0,99	1,6	1,92	0,93	E
3.ª Vidigal	7	4+4	–	3	–	N	3,94	2,8	5	1,1	E
4.ª Antas	7	–	3	3	N	S	3,07	2,5	3,34	2,05	E
2.ª Nabos	7	–	3	5	N	–	2,8	2,1	2,88	2,09	–
Monte das Pedras	7	–	4	4	S	N	2,75	2,7	3,5	2,4	E
Comenda do Coelbo	7	–	5	4	S	S	2,8	2,6	3,9	2,45	–
Paço – B	7	–	9	10	S	S	2,85	2,5	4,9	3,53	E/W
1.ª Nabos	8	–	4	4	S	S	2,35	2,7	4	2,35	ES
1.ª Amendoeira	8	–	4	4	S	S	3,4	3,2	3,4	2,4	E
2.ª Amendoeira	9	1+1	4	4	N	S	3,7	2,9	5,2	2,55	SE
3.ª Barrocal Freiras	9	4+4	1	1	N	S	2,55	2,7	3,7	3,39	E
Velada	9	–	4	2+2	N	S	3,6	3,5	5,7	3,4	ENE

ECm: esteios da câmara; ECrD: esteios corredor lado direito; ECrE: esteios corredor lado esquerdo; CH: chapéu; TM: *tumulus*; DCT: diâmetro câmara transversal; DCL: diâmetro câmara longitudinal; CC: comprimento corredor; HCm: altura máxima esteios câmara; O: orientação.

Tipo: antas com corredor muito longo										
Designação	ECm	ECrD	ECrE	CH	TM	DCT	DCL	CC	HCm	O
Tapada	7	9	9	N	-	2,2	2,2	4,5	1,9	ENE
7.ª Vidigal	7	4	6	N	S	2,8	2,1	5,2	1,94	E100°S
1.ª Deserto	7	6	4	-	0	2,27	1,7	5,4	2,56	-
Paço – A	8	4	4	S	S	2,96	3,7	7,5	2,98	E/W
Grande Comenda Igreja	8	7	9	S	S	4,3	4,6	10,8	4	E

ECm: esteios da câmara; ECrD: esteios corredor lado direito; ECrE: esteios corredor lado esquerdo; CH: chapéu; TM: *tumulus*; DCT: diâmetro câmara transversal; DCL: diâmetro câmara longitudinal; CC: comprimento corredor; HCm: altura máxima esteios câmara; O: orientação.

Tipo: antas com planta anómala										
Designação	ECm	ECrD	ECrE	CH	TM	DCT	DCL	CC	HCm	O
4.ª Vidigal	6	4	4	N	N	2,7	2,5	2,7	2,2	E/W
Rabaçal	8	7	-	N	S	2,8	2,8	2,2	2,6	S

ECm: esteios da câmara; ECrD: esteios corredor lado direito; ECrE: esteios corredor lado esquerdo; CH: chapéu; TM: *tumulus*; DCT: diâmetro câmara transversal; DCL: diâmetro câmara longitudinal; CC: comprimento corredor; HCm: altura máxima esteios câmara; O: orientação.

NOTAS

¹ Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela oliveiracatarina@gmail.com

² Universidade de Évora; Instituto Português de Arqueologia; Bolseira da Fundação Eugénio de Almeida. Improcha@gmail.com

³ Universidade Nova de Lisboa cms@netvisao.pt

⁴ Esta destruição deveu-se essencialmente ao trabalho de máquinas agrícolas, construção de albufeiras, instalação de pivôs de rega, “despedregas” e reutilização da pedra como material de

construção. Dos monumentos identificados foi possível concluir que a maior parte se encontra num estado de conservação pouco satisfatório: destruídos na sua quase totalidade, restando apenas vestígios da construção megalítica; dispersos com derrube dos esteios e laje de cobertura; destruição do corredor e mamoa; abandonados, cobertos de vegetação.

⁵ No final das escavações, as duas antas foram aterradas com terra e brita, depois de se ter coberto as respectivas câmaras e corredores com manga plástica, garantindo-se desta forma a conservação das estruturas a submergir pela barragem dos Minutos.

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, P. (2004) - Recintos megalíticos da região da serra de Monfurado e os «cabeços do meio-mundo»: monumentos, paisagem e cultura no Neolítico alentejano. In CALADO, M., ed. - *Sinais de pedra. Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida (CD-ROM).
- BELMONTE, J. A. (1999) - *Las leyes del cielo*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, S.A.
- BELMONTE, J. A.; BELMONTE, J. R. (2000) - Astronomía y cultura en el megalitismo temprano de la Península Ibérica. Los dólmenes de Valencia de Alcántara (nuevo capítulo III). In *Arqueoastronomía hispana*. 2.ª ed. Madrid: Equipo Sirius, p. 99-122.
- BURGESS, C.; MADDISON, M., ed. (1987) - *Northern Archaeology*. Newcastle upon Tyne. 8.
- CALADO, M. (1997a) - Vale Maria do Meio e as paisagens culturais do Neolítico alentejano. In *Paisagens arqueológicas a oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- CALADO, M. (1997b) - Cromlechs alentejanos e arte megalítica. In *Actas del III Coloquio Internacional de Arte Megalítico*. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico, p. 289-297.

- CALADO, M. (2000) - Neolitização e megalitismo no Alentejo Central: uma leitura espacial. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, p. 35-45.
- CALADO, M. (2003) - Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo). In GONÇALVES, V., ed. - *Muita gente poucas antas? Origens, espaços e contextos do megalitismo*. *Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 351-369.
- CALADO, M. (2004) - *Menires do Alentejo Central. Génesis e evolução da paisagem megalítica regional*. Lisboa: FLUL (Tese de Doutoramento policopiada).
- CARDOZO, M. (1941) - Monumentos Nacionais. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 51:1-2.
- CARREIRA, J. R. (1995-1996) - Escavações de Leite Vasconcelos e Júlio César Garcia em Dolmens de S. Geraldo, Montemor-o-Novo (1898-1900). *Almansor*. Montemor-o-Novo. 13, p. 5-60.
- CARVALHOSA, A.; ZBYSZEWSKI, G. (1994) - *Notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000 - 35-D Montemor-o-Novo*, Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.
- CHAVES, L. (1914) - Os ex-votos esculpturados do Museu Etnológico Português. *O Archeólogo Português*. Lisboa, 19.
- FERNANDES, R. (1998) - *Estudo de impacte arqueológico da barragem de Vale de Mós. Santiago do Escoural (Montemor-o-Novo)* (policopiado).
- FERREIRA, O. da V. (1970) - Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do professor Manuel Heleno. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 3.ª série. 4, p. 165-173.
- GONÇALVES, J. P. (1975) - Roteiro de alguns megálitos da região de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora. 32:58, p. 241-61.
- GONÇALVES, J. P. (1981) - Novos menires na Pedra Longa. *A Defesa*. Évora. 2997, p. 5.
- GONÇALVES, V. S. (1989) - *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. (1992) - *Reverendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC.
- GONÇALVES, V. S. (1995) - O grupo megalítico de reguengos de monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. In *O megalitismo do centro de Portugal: Mangualde*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, p. 115-135.
- GONÇALVES, V. S. (2003) - *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2000) - O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no ocidente peninsular (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz). In GONÇALVES, V. S., ed. - *Muitas antas, pouca gente? Actas do colóquio internacional sobre megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 11-104.
- GOMES, M. V. (1986) - O cromeleque da herdade dos Cuncos (Montemor-o-Novo, Évora). *Almansor*. Montemor-o-Novo. 4, p. 7-41.
- HELENO, M. (1956) - Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Nova Série. 3, p. 221-237.
- HOSKIN, M.; CALADO, M. (1998) - Orientation of Iberian tombs: Central Alentejo region of Portugal. *Archaeoastronomy*. Cambridge. 23, p. 77-82.
- KALB, P. (1989) - O megalitismo e a neolitização no Oeste da Península Ibérica. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 33-46.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1994) - Vale de Rodrigo 3, concelho Évora, Portugal: vorbericht über die Ausgrabungen 1992. *Madrider Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 35, p. 69-81.
- LEISNER, G. (1948) - Antas dos arredores de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora. 6:15-16, p. 4-40.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter.
- MACHADO, J. L. S. (1964) - Subsídios para a história do Museu Etnológico Português Dr. José Leite Vasconcelos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Nova Série. 5, p. 51-448.
- OLIVEIRA, C.; SILVA, C. M. da (2006) - *Moon, spring and large stones*. In Proceedings UISPP, Session C68, Lisbon.
- OLIVEIRA, J. (1998) - *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever*. Lisboa: Colibri.
- OLIVEIRA, C. (1999) - *Monumentos megalíticos em Montemor-o-Novo: percursos na paisagem e no imaginário*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal.
- OLIVEIRA, C. (2000) - Lugares de memória: testemunhos megalíticos e leituras do passado em Montemor-o-Novo. *História*. 3.ª série. 22.
- OLIVEIRA, C. (2001) - *Lugar e memória: testemunhos megalíticos e leituras do passado*. Lisboa: Colibri.
- OLDHAM, R. (2001) - *Antas of Portuguese Alentejo. Structural orientation*. Stones and Stars Project, Doswell USA (Private Communication) (<http://www.geocities.com/stonesandstars/>)
- PALMA, F. (1899) - Dólmen no Alentejo. *O Instituto*. Coimbra. 46, p. 243.
- PENALVA, C. (1983) - Paleolítico do Concelho de Montemor-o-Novo. Resultado das primeiras prospecções. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 1, p. 9-27.
- PEREIRA, G. (1875) - *Dolmens ou antas nos arredores de Évora. Notas dirigidas ao Exmo Sr. Dr. Augusto Filipe Simões*. Évora: [s.n.].
- PEREIRA, G. (1887) - Antiguidades de Montemor-o-Novo. *Revista Archeologica e Histórica*. Lisboa. 1:9.
- PINA, H. L. (1971) - Novos monumentos megalíticos do distrito de Évora. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional de Educação, 1, p. 151-161.

- ROCHA, L. (1999) - *Povoamento megalítico de Pavia: contributo para o conhecimento da Pré-História regional*. Setúbal: Câmara Municipal de Mora.
- ROCHA, L. (1999) - Aspectos do megalitismo da área de Pavia, Mora (Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 71-94.
- ROCHA, L. (2004) - Entre vivos e mortos... arte rupestre e megalitismo funerário na região de Évora. In *Sinais de pedra. Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica* (Évora, Janeiro 2003). Évora: Fundação Eugénio d'Almeida (CD-ROM).
- ROCHA, L. (2005) - *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa: FLUL (Tese de doutoramento policopiada).
- ROCHA, L.; CALADO, M. (2006) - *Megalitismo de Mora: nas fronteiras do Alentejo Central*. Lisboa: Apenas Livros, Lda.
- RUGGLES, C. (1998) - Ritual astronomy in the Neolithic and Bronze Age British Isles: patterns of continuity and change. In GIBSON, A.; SIMPSON, D., eds. - *Prehistoric ritual and religion*. London: Sutton Publishing Limited, p. 203-208.
- RUGGLES, C. (1999) - *Astronomy in Prehistoric Britain and Ireland*. New Haven; London: Yale University Press.
- SANTOS, A. P. (1994) - *Monumentos megalíticos do Alto Alentejo*. Lisboa: Fenda.
- SANTOS, M. F. (1967a) - *Arqueologia do concelho de Montemor-o-Novo. Realizações, problemas e perspectivas*. Évora: Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo.
- SANTOS, M. F. (1967b) - A necrópole tipo *tholos* de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. série 3. 1, p. 107-113.
- SANTOS, M. F., FERREIRA, O. da V. (1969) - O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3. 3, p. 37-62.
- SANTOS, M. F. (1974) - Dolmens et menhirs de l'Alentejo. *Dossiers de l'Archéologie*. Dijon. 4, p. 10-18.
- SILVA, A. C., ed. (1992) - *Roteiro do megalitismo de Évora*. Évora: Câmara Municipal.
- SILVA, C. M. da (2000) - Sobre o possível significado astronómico do cromleque dos Almendres. *A Cidade de Évora*. Évora. 2.ª Série, 4.
- SILVA, C. M. da (2004) - The spring full moon. *Journal for the History of Astronomy*. Cambridge. 35:4, p. 475-478.
- SILVA, C. M. da; CALADO, M. (2003a) - New astronomically significant directions of megalithic monuments in the Central Alentejo. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 5, p. 67-88.
- SILVA, C. M. da; CALADO, M. (2003b) - Monumentos megalíticos lunares no Alentejo Central. In CALADO, M., ed. - *Sinais de pedra. Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida (CD-ROM).
- VALERA, A. C. [et al.] (2001) - As antas da Azinheira e Fonte da Senhora 1 (Montemor-o-Novo). *Era Arqueologia*. Lisboa. 4, pp. 64-83.
- VASCONCELOS, J. L. (1905) - Lista de monumentos que pelo seu carácter histórico, arqueológico ou artístico são susceptíveis de se considerarem nacionaes. *O Archeologo Português*. Lisboa. 10, p. 38-41.
- VASCONCELOS, J. L. (1917) - Coisas velhas. Anta de Val'Asna. *O Archeologo Português*. Lisboa. 22, p. 167.
- VASCONCELOS, J. L. (1917) - Anta de S. Brissos. *O Archeologo Português*. Lisboa. 22, p. 167.
- VICENTE, E. P.; MARTINS, A. S. (1979) - Menires de Portugal. *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 107-138.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da V. (1977) - Nouvelles découvertes de cromlechs et de menhirs au Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 61, p. 63-73.